

2 REVISÃO DA LITERATURA

Na construção desta tese, parte-se das categorias sustentabilidade (SACHS, 1993), paisagem (COSGROVE, 2004), patrimônio (CHOAY, 2000) e comunidade (KOENIG, 1973). Seu desenvolvimento define-se na qualificação de paisagem cultural e turismo sustentável. Utilizam-se referenciais teóricos existentes na Geografia Cultural. Entretanto, faz-se necessário buscar conceitos das ciências - Geografia, Sociologia, Antropologia, Psicologia Social, além de subsídios provenientes de estudos sobre Turismo. Isto confere uma perspectiva multidisciplinar a este trabalho.

Adota-se a Geografia Cultural como consignatária teórica de paisagem cultural. Desta, trabalham-se dimensões espacial, social e cultural, contribuindo para pensar o presente. A comunidade, invenção e realidade, e sua dinâmica são atrativos para a visitação. Esta perspectiva incorpora um novo ator, o turista, visitante que reelabora as representações existentes.

Por tais relações, inicia-se este estudo, que analisa uma prática social bastante difundida, atualmente, a visitação a localidades com apelo patrimonial. A seguir, apresentam-se os referenciais teóricos que subsidiam a tese.

2.1 Turismo e sustentabilidade

O turismo é, atualmente, entendido como um fenômeno social e econômico que:

Compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com a finalidade de lazer, negócio ou outras. (OMT, 1994).

Featherstone comenta que a viagem pode ser entendida como um paradigma da experiência, lembrando que a raiz dessa palavra é *per*, que remete a tentar, testar, arriscar. A viagem introduz o novo no meio da vida, abrindo-a para a contingência, criando o “exotismo”, no sentido de uma questão fora do lugar. Para esse autor, a viagem está estreitamente ligada ao conceito de modernidade:

As viagens renascentistas que ocorreram desde o século XVI possibilitaram aos europeus entrar em contato com pessoas de diferentes etnicidades e encorajaram-nos a estabelecer comparações entre eles e outros. (FEATHERSTONE, 1997, p.204).

No século XX, assistiu-se ao crescimento do turismo (REJOWSKI, 2002). Dentre as principais causas, pode-se citar o avanço tecnológico, o crescimento dos meios de transporte e de comunicação, bem como o aumento do tempo livre, colocado à disposição das pessoas (MILONE e MILONE, 2000), entre outras.

Mais recentemente, começa a ganhar destaque o turismo sustentável, com uma abordagem favorável às conquistas nos vários aspectos da melhoria da qualidade das relações da atividade com o meio físico e social onde se desenvolve. É um conceito que floresce das práticas dos movimentos sociais voltados à busca de melhores condições de vida, de qualidade ambiental, de justiça social.

Uma possível abordagem do turismo sustentável é a visão integrada em uma concepção de planejamento, cujo ponto de partida é buscar ser economicamente rentável, ter o compromisso

de preservar o patrimônio natural, valorizar o aspecto cultural e ser capaz de promover o engajamento dos diversos atores sociais no processo de tomada de decisões. Esses atores são o setor privado, o setor público, a comunidade, que habita aquele local e irá sofrer o impacto do desenvolvimento da atividade turística, e todos os outros agentes que, direta ou indiretamente, influenciam ou recebem influência do processo turístico.

Observa-se que o conceito 'sustentável' tem muito a amadurecer. Tanto o turismo, como outros setores precisam ter respostas, em sua formação econômica, a essa questão. Tais perspectivas têm, muito freqüentemente, mais uma ação discursiva do que uma prática. A seguir, analisam-se algumas das bases da reflexão sobre a sustentabilidade.

2.1.1 Origens: o desenvolvimento sustentável

A noção de desenvolvimento, formulada na fase pós-segunda guerra mundial, vista como crescimento econômico, é derivada da idéia moderna de progresso. Utilizava-se, inclusive, crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento (social).

Os modelos tradicionalmente utilizados para avaliar o desenvolvimento de um lugar fundamentaram-se em indicadores predominantemente econômicos, como o PIB (Produto Interno Bruto), os quais denotam o crescimento econômico, mas não o desenvolvimento, necessariamente (SOUZA, 1997; CORIOLANO, 2003). Assim sendo, necessita-se de indicadores do crescimento qualitativo e não apenas de indicadores econômicos. Um indício a ser analisado, por exemplo, é a distância entre pobres e ricos, quanto maior, tanto menor o desenvolvimento local.

Essas noções se baseiam na lógica da dinâmica do capitalismo, em que a natureza aparece com funções específicas, como gerar matéria-prima e, ainda, após seu uso, absorver os resíduos que retornam em forma de contaminantes (SANTOS e CAMPOS, 2003).

Para a *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN, 1980), desenvolvimento:

É a modificação da biosfera e a aplicação dos recursos humanos e financeiros visando à satisfação das necessidades humanas e à melhoria da qualidade de vida do homem. Para que o desenvolvimento possa ser sustentado, deve-se levar em consideração, além dos fatores econômicos, os de caráter social e ecológico e a disponibilidades de recursos bióticos e abióticos.

Um dos itens mais controversos do conceito é a questão das necessidades humanas. Segundo Neef (1994), acredita-se, comumente, que as necessidades humanas são infinitas, que variam entre culturas e períodos históricos, mas esse autor defende que, na verdade, elas são finitas, poucas, classificáveis e as mesmas em qualquer cultura. O que muda através do tempo e das culturas são as formas e os meios de satisfazer essas necessidades, porque se é levado a abandonar maneiras tradicionais por outras modernas. As necessidades humanas seriam: ser, ter, fazer, estar e as axiológicas, como: necessidade de subsistência, de proteção, de afeto, de entendimento, de participação, de ócio, de criação, de identidade e de liberdade. Dessa forma, o que está culturalmente determinado não são as necessidades, mas as formas de satisfação dessas necessidades. Além dessas, há distinção entre necessidades ‘radicais’, ou básicas, e ‘induzidas’, ou criadas. Para Neef (1994), qualquer necessidade humana fundamental não satisfeita adequadamente revela uma pobreza humana.

O agravamento e a generalização da problemática ambiental, desde o século XIX, em virtude de diversos fatores, como o incremento da urbanização e da industrialização, provocando condições de vida insalubres e indignas, a exploração irracional dos recursos naturais em nome do crescimento econômico, os desastres ambientais, os conflitos mundiais, e por outro lado, os avanços no conhecimento científico a respeito dos problemas e agravos decorrentes

da ação humana sobre o ambiente, a divulgação dessas informações por meio de publicações e congressos de especialistas, o desenvolvimento dos meios de comunicação, proporcionando a observação do panorama mundial, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, potencializaram o descontentamento de vários grupos da população, em diversos países, diante de uma situação que beneficiava a poucos, gerava exclusão social e ameaçava a sobrevivência da humanidade (PELICIONI, 2000).

Penteado afirma que se deve compreender as questões ambientais além de suas dimensões biológicas, químicas e físicas, ou seja, também enquanto questões sócio-políticas, o que exige a formação de uma ‘consciência ambiental’ e a preparação para o ‘pleno exercício da cidadania’ (PENTEADO, 1994). Para isso, informação e vivência participativa são dois recursos importantes.

Martin (1998), por sua vez, aborda o que intitula de desenvolvimento na escala humana, que é um modelo que busca atender às satisfações das necessidades humanas fundamentais, porque enseja níveis crescentes de auto-independência, pela articulação orgânica dos seres humanos com a natureza e a tecnologia dos processos globais, articulando também os comportamentos locais do individual com o social, dotando de autonomia a sociedade civil.

O conceito da IUCN sobre desenvolvimento engloba sustentabilidade. Ela é entendida como “a relação entre os sistemas econômicos dinâmicos e os sistemas ecológicos mais abrangentes, também dinâmicos, mas com mudanças mais vagarosas.” (CONSTANZA, [1990]). Swarbrooke (2000) afirma que o conceito de sustentabilidade engloba o meio ambiente, as pessoas e os sistemas econômicos.

Sachs (1993) comenta que, ao planejar o desenvolvimento, devem ser consideradas cinco dimensões de sustentabilidade. A sustentabilidade social, entendida como a consolidação de um processo de desenvolvimento baseado em outro tipo de crescimento e orientado por uma visão do que é a boa sociedade, construindo uma civilização do ser, com equidade na

distribuição do ter. A sustentabilidade econômica, possibilitada por uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado, avaliada em termos macrossociais e não apenas por critérios de lucratividade microempresarial. A sustentabilidade ecológica, incrementada por meio do aumento da capacidade de carga da Terra; pela limitação do uso de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos facilmente esgotáveis; pela redução do volume de resíduos e de poluição, por meio da conservação e reciclagem de energia e recursos; pela autolimitação do consumo material pelos países ricos e pelas camadas sociais privilegiadas em todo o mundo; pela intensificação da pesquisa de tecnologias limpas e que utilizem, de modo mais eficiente, os recursos para a promoção do desenvolvimento urbano, rural e industrial; pela definição de regras para uma adequada proteção ambiental, concepção da máquina institucional, bem como escolha do conjunto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para assegurar o cumprimento das regras. A sustentabilidade espacial, voltada a uma configuração rural – urbana mais equilibrada e a uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas. A sustentabilidade cultural, em busca das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local (SACHS, 1993, p. 25-27).

Ainda conforme Sachs (1993, p. 27), para o estabelecimento em larga escala do desenvolvimento sustentável, há inúmeros obstáculos,

Cuja natureza essencial é de ordem política e institucional, relacionando-se frequentemente à desigualdade na posse da terra, à falta de programas adequados de reforma agrária, à privatização dos bens comuns, à marginalização dos povos da floresta ou, ainda, à exploração predatória dos recursos naturais, visando lucros máximos em prazos mínimos.

O avanço industrial da época moderna, caracterizado por um aumento nos índices de desmatamento, aumento da emissão de poluentes, pouca preocupação sanitária e estética nas cidades, injustiças sociais, entre tantos outros, foram alguns dos fatores que construíram um cenário propício a movimentos em busca de melhorias.

O desejo de salvaguardar o ambiente e promover a igualdade social estimularam, por exemplo, o aumento de movimentos surgidos no Reino Unido, em 1898, para formar “cidades-jardins”, constituídas de gramados, árvores e espaços livres, em vez de fábricas (SWARBROOKE, 2000). Ainda segundo esse autor, a segunda guerra mundial trouxe um novo ímpeto a todas as formas de planejamento, com a idéia de que uma nova ordem mundial teria de ser construída, já que a guerra terminara. Isso resultou em um grande número de planos, todos relacionados à idéia de desenvolvimento sustentável (SWARBROOKE, 2000).

Uma das primeiras iniciativas na denúncia sobre a aceleração de problemas relativos ao meio ambiente e injustiças sociais foi o livro de Carson (1962), “Primavera Silenciosa”, em que a autora narra problemas decorrentes do uso indiscriminado dos agrotóxicos.

Já na década de 1970, fase que coincide com o auge do crescimento econômico, o Clube de Roma anuncia as primeiras grandes preocupações ambientais, publicadas no relatório “Limites do crescimento” (MEADOWS, 1972). Nele, denunciava-se que o crescente consumo mundial ocasionaria um limite de crescimento e um colapso dos recursos. Indicava preocupação com as principais tendências do ecossistema mundial, marcando o rompimento do círculo virtuoso de crescimento da economia mundial, lançando dúvidas sobre a validade dos instrumentos políticos disponíveis para a regulação das relações econômicas internacionais, assim como os mecanismos internos de promoção do desenvolvimento. Isto acarretou um movimento de questionamentos, formulados por movimentos sociais, governos e comunidades científicas. Surgem, a partir dessa nova lógica, formulações que passam a se denominar de desenvolvimento sustentado ou durável (SANTOS e CAMPOS, 2003).

No final da década de 1980, o relatório denominado “Nosso Futuro Comum”, ou “*Brundtland*”, publicado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED, 1987), passa a ser referencial na disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como:

Aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (...) para que haja um desenvolvimento sustentável é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas as oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor.

Além disso, o desenvolvimento sustentável:

[...] não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras. (WCED, 1987).

Nesse caso, desenvolvimento é entendido como a promoção da melhoria qualitativa das condições de vida da população de um local específico, associada à idéia de transformação das estruturas produtivas para torná-las mais eficientes e, dessa forma, mais apropriadas à geração de riqueza (BARBIERI, 2000).

É interessante notar que, em outro movimento, o Clube de Paris, ou Clube do *Nouvel Observateur*, em 1972, pesquisadores como Marcuse, Morin, Saint-Marc, entre outros, voltados a desmitificar o crescimento e a solução tecnológica para os problemas mundiais da demografia, contaminação e ambiente, reuniram-se, resultando na publicação do livro “Ecologia e revolução” (MARCUSE et al., 1975).

O Clube de Paris destacava que os estudos encomendados pelo Clube de Roma, os “Limites do crescimento”, desenvolvidos pelo Massachusetts Institute of Technology – M.I.T, ao buscar soluções para determinados aspectos ambientais, tropeçava em dificuldades em outros âmbitos. No entanto, reconhecia sua relevância por ter ressaltado questões relativas a que todos os fenômenos da sociedade devem ser analisados com grande acuidade (MARCUSE et al., 1975, p.16). Os oradores do evento desmistificaram o crescimento e a solução tecnológica

para os problemas mundiais da demografia, contaminação e ambiente, afirmando que um capitalismo sem crescimento não era viável e que o necessário seria buscar, no socialismo, a verdadeira dimensão da revolução ecológica. Foram unânimes em rechaçar a sociedade de consumo, divergindo, no entanto, quanto à forma de socialismo que se deveria adotar, bem como aos métodos a serem empregados para realizá-lo (MARCUSE et al., 1975).

O livro “Ecologia e revolução” destaca que os ecologistas militantes pediam por instruções precisas e motivações específicas de luta. Com isso, destacava-se o grande potencial de mobilização dos temas ecológicos junto à juventude, naquele momento.

É interessante notar o que comenta Maire (MARCUSE et al., 1975, p. 25), nessa publicação:

[...] o ser humano é um produto cultural, um produto do conjunto social em que vive e do qual constitui um elemento ativo. Viver é estabelecer relações dialéticas com o conjunto de estruturas, instituições, classes e pessoas, com o conjunto das condições materiais, culturais e naturais.

Indo além, afirmou que romper o condicionamento não pode consistir em privilegiar a defesa da natureza sobre a totalidade dos demais elementos desse conjunto, e sim, na melhoria das satisfações do ser humano em suas relações com o todo o meio.

Por sua vez, Morin afirma, sobre a consciência ecológica, que ela:

[...] apenas nasceu e já corre grandes riscos. Em primeiro lugar, existe o risco de reduzir todo o problema à questão ecológica, quando seu caráter principal é justamente agregar realidades não somente complementares mas também antagônicas (...) Mas há também o risco de reduzir o problema ecológico, inclusive, de dissolvê-lo em seus componentes especificamente técnicos, ou nas fórmulas convencionais e rituais de salvação revolucionária. (MARCUSE et al., 1975, p. 64).

Também comenta que:

o processo que submete a natureza à violência da exploração e da contaminação é antes de mais nada, um processo econômico (aspecto do modo de produção), mas é ao mesmo tempo um processo político. O poder do capital se estende sobre a natureza enquanto espaço de liberação e escape. (MARCUSE et al., 1975, p. 81).

Goldsmith, em seu capítulo no livro, recomenda a leitura de “*Blueprint for Survival*”¹, que estava prestes a ser lançado. Trata-se de uma publicação que oferece propostas para ação imediata no que se refere aos problemas ambientais. Minimização dos danos aos processos ecológicos e estabilização do crescimento da população, com o conhecimento de que o modo industrial de vida, com seu *ethos* de expansão, não é sustentável, são algumas das principais propostas desse material, recomendando a necessidade de enfrentar a exaustão dos suprimentos de alimentos e demais recursos, e o colapso da sociedade, como conhecida até então (GOLDSMITH, 1972).

Em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, foi formulado o documento intitulado “Agenda 21”, um programa de ação adotado por mais de 180 governos, fornecendo um plano para oferecer um futuro sustentável ao planeta. Segundo Rodrigues (2002), a partir desse evento, é reforçada a importância da “mobilização das comunidades locais em todo projeto que tenha como objetivo o desenvolvimento sócio-espacial, cuja expressão tangível é o território” (RODRIGUES, 2002, p. 18). A “Agenda 21”, no intuito de viabilizar o desenvolvimento sustentável, apresenta, como condições essenciais: a participação popular, a vontade política e a educação, que devem permear todo processo.

Para Gottardo (2002), o desenvolvimento sustentável representa uma alternativa e um desafio ao estilo predominante de desenvolvimento, claramente insustentável, quer seja pela desigualdade social e pobreza, quer pela degradação ambiental. Este tipo de desenvolvimento não implica desenvolvimento zero, mas a maximização do desenvolvimento ao custo da redução dos pontos negativos.

Ao longo do tempo, a noção de desenvolvimento sustentável sofre múltiplas derivações e interpretações, tornando-se concepção política, instrumento administrativo e conceito em inúmeras discussões e documentos.

¹ Edward Goldsmith, Robert Allen, Michael Allaby, John Davoll, Sam Lawrence. *Blueprint for Survival*. Penguin books, 1972.

Ambiente, por sua vez, é, na sociedade atual, de acordo com a ideologia dominante, visto como algo sobre o que o homem tem soberania e pode decidir, indicando o futuro das espécies e subjugando-as. É, também, percebido como fonte de belezas, a serem contempladas, em áreas delimitadas e separadas do homem em sua vida diária e cotidiana.

Inúmeros pesquisadores da área defendem a necessidade de se trabalhar com questões mais profundas como a ética nas relações, a solidariedade entre as gerações atuais e futuras, a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e a formação de atitudes que potencializem práticas sociais sustentáveis, a luta pela equidade social, pela melhoria da qualidade de vida e pela superação da lógica dos sistemas de dominação, alimentados pelos meios de comunicação, publicidade, capitalismo e imperialismo, o que, portanto, enseja capacitação para interferir nos aspectos econômicos, sociais e políticos da vida moderna (PELICIONI, 1998, p. 17).

2.1.2 Reflexões sobre turismo sustentável

O espaço físico, tanto o natural como o produzido, constitui a base da atividade turística, pois é onde se realizam as atividades turísticas, a concretização dos anseios dos visitantes. Como qualquer atividade humana, o turismo também gera efeitos sobre o ambiente onde se desenvolve. Estudar os efeitos da atividade turística em uma área, seja ela natural ou não, envolve a análise de diversos fatores que interferem nas modificações causadas pela utilização do local. Os efeitos, ou impactos, resultantes da atividade devem ser avaliados em momentos distintos – entre o antes e o depois de sua ação modificadora.

Autores como Butler (1999), Pérez de Las Heras (1999), Eagles e McCool (2002) dividem os efeitos do turismo em uma localidade em econômicos, sócio-culturais e ambientais, classificação que é seguida neste trabalho, seccionando-os em positivos e negativos.

Com relação à sua mensuração, nota-se que existem efeitos mais observáveis que outros. Por exemplo, os efeitos econômicos são, em geral, mais “facilmente” avaliados que os sócio-culturais, porque, normalmente, são resultados monetários que podem ser auferidos através da análise da evolução de transações bancárias, do volume de vendas, das taxas de ocupação hoteleira etc. (MATHIESON; WALL, 1982).

Em contrapartida, os efeitos sócio-culturais são sentidos pelos indivíduos que entram em contato, direta ou indiretamente, com a atividade turística, sendo, comumente, de natureza qualitativa. Estudos desse tipo requerem instrumentos de pesquisas variados, muitas vezes de difícil aplicação, que demandam análises complexas e, freqüentemente, mais tempo para o “tratamento” dos dados. Além disso, pesquisas com esse enfoque dificilmente produzem resultados análogos quando aplicadas por diferentes pesquisadores (MATHIESON; WALL, 1982).

Segundo Mathieson e Wall é bastante complexo, em inúmeros destinos turísticos, analisar efeitos específicos causados pelo turismo, uma vez que a atividade vem ocorrendo há muitos anos. Esses autores afirmam que a falha em estabelecer uma base de comparação significa que é quase impossível estimar completamente a magnitude das modificações levadas a cabo pelo turismo (MATHIESON; WALL, 1982). Além disso, as complexas interações do fenômeno turístico podem tornar praticamente inviável, por diversos motivos, a medição do impacto total. Muitos dos impactos turísticos se manifestam de formas sutis e freqüentemente inesperadas. Em outras palavras, os impactos primários geram impactos secundários e terciários e geram uma gama de repercussões sucessivas que são geralmente impossíveis de serem identificadas e monitoradas (MATHIESON; WALL, 1982).

Essas mudanças de cenário são, segundo Mathieson e Wall, de acompanhamento complexo também pela dificuldade de seleção de indicadores de impactos que melhor representam a situação em mudança (MATHIESON; WALL, 1982). Além disso, existe o fator agravante da descontinuidade espacial e temporal entre causa e efeito (MATHIESON; WALL, 1982; STANKEY et al. 1985; CORDELL, 1995; EWERT, 1996).

Outro problema relacionado é a atribuição de valores a indicadores selecionados, pois os indicadores de impactos variam em sua representatividade com relação ao sistema impactado (MATHIESON; WALL, 1982). Essa questão é especialmente complexa, uma vez que há uma gama muito variada de indicadores a serem selecionados, desde indicadores de níveis de poluentes na água, do grau de compactação do solo, ou de variação da cobertura vegetal, até índices de transformação da paisagem.

Mathieson e Wall afirmam que problemas, como os discutidos acima, restringiram o escopo e a precisão dos resultados de pesquisas e encorajaram investigadores a fechar o foco de sua ação. Há uma tendência em examinar impactos de casos e projetos selecionados e específicos, concentrando-se em impactos primários, aqueles diretamente relacionados com a causa, excluindo-se os impactos secundários e terciários, que são os efeitos indiretos da atividade turística. Há também certa preferência pelo estudo de impactos mais tangíveis e quantificáveis, enfatizando os benefícios e desconsiderando conseqüências indesejáveis ou custos (MATHIESON; WALL, 1982). Todos esses fatores acabam por dificultar a sistematização desse tipo de pesquisa, o que resulta em um conhecimento ainda restrito sobre tais aspectos.

Verifica-se que as pesquisas sobre efeitos do turismo vêm tendo ênfases regionais variadas sendo que a maioria delas tem sido conduzida por pesquisadores dos Estados Unidos (LUCAS, 1964; COLE, 1981; MATHIESON; WALL, 1982; DRIVER; BRUNS, 1999), principalmente, e Canadá (EAGLES; McCOOL, 2002; PAYNE; NILSEN, 2002). Estudiosos

desses dois países, normalmente, privilegiam o impacto da visitação sobre o ambiente natural em atividades como acampamento e esportes de aventura, além de interfaces a respeito do encontro entre visitantes e animais selvagens. Escreve-se muito, também, acerca dos benefícios do lazer ao ar livre, dos níveis de satisfação do visitante com a experiência recreativa nas áreas naturais e dos conflitos entre grupos de visitantes com interesses distintos. Outra linha de pesquisas já consolidada é a análise da capacidade de carga recreativa de áreas naturais, enfocando tópicos como métodos de gerenciamento de visitação e de impactos e capacidade de carga social. Estudos sobre a África, por exemplo, enfatizam a vida selvagem, enquanto em países ao redor do Mar Mediterrâneo, enfoca-se a qualidade da água.

Foi especialmente a partir da década de 1980, que o turismo começou a incorporar o conceito de sustentabilidade. O interesse aparentemente crescente das organizações do setor pelo turismo sustentável tem sido impulsionado pelo apoio de associações profissionais, pressão de grupos tais como *Tourism Concern*, *Green Flag*, *Campaign for Environmentally Responsible Tourism* e alguns veículos da mídia (SWARBROOKE, 2000). Uma das primeiras publicações brasileiras referenciais sobre o tema é “Ecologia, Cultura e Turismo” (1993), de Américo Pellegrini Filho.

Em 1999, em Santiago do Chile, foi aprovado, na Assembléia Mundial do Turismo, o Código Mundial de Ética do Turismo. Contendo 10 artigos, apresenta as regras para as relações entre os atores da sociedade que participam do desenvolvimento da atividade turística, concorrendo para a construção do turismo sustentável.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo sustentável deve ser respeitoso com o meio ambiente e o meio natural, com a valorização dos usos e costumes locais, com a distribuição equitativa dos benefícios econômicos, sociais e culturais para as comunidades receptoras, com os desejos e anseios do turista e com a conservação dos patrimônios culturais (OMT, 1999).

Segundo o WWF (1992), para se atingir o turismo sustentável é necessário ‘utilizar’ os recursos naturais, sociais e culturais de forma sustentável; reduzir o consumo excessivo e o desperdício; manter a diversidade natural, social e cultural; integrar o turismo no planejamento estratégico; apoiar as economias locais; consultar pessoas envolvidas e o público; treinar pessoas; fazer um marketing responsável; realizar pesquisas e monitoramento (WWF, 1992).

Afirma Ruschmann (1997, p.11) que, no entanto, não é tarefa fácil encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e o seu desenvolvimento planejado, preservando o meio ambiente.

O turismo sustentável insere-se em um contexto em que alguns pesquisadores apontam, como tendência futura, o retorno do homem para um ciclo de novos valores. O valor do silêncio, o valor da natureza, o valor da solidariedade, dos laços entre as pessoas, que foram ficando cada vez mais distantes do homem moderno, do homem pós-industrial. De Masi (2000), por exemplo, afirma que, hoje, há uma agregação diferencial do tempo, do valor do tempo e, por causa disso, um retorno ao Ciclo da Intuição. Nota-se o retorno do homem a valores espirituais, com o fortalecimento da estética. Segundo Boff (1994), assiste-se ao retorno às experiências místicas e religiosas, frente à crise do paradigma civilizacional da contemporaneidade e à desilusão do paradigma racional da modernidade.

Vive-se um fenômeno de "re-encantamento" pela natureza, "ressignificação" do espaço rural. O turista atual, assim, estaria mais propenso a ter maior interesse em vivenciar, em experimentar, não só o valor da natureza, mas o que existe de diferencial na cultura local. Isto significa, por exemplo, a gastronomia do lugar, o comportamento, as tradições, a forma de relação homem/natureza, lembrando de Featherstone (1997, p.153), para quem “na cultura local é enfatizada a própria identidade”.

A noção de equilíbrio entre os objetivos sociais, econômicos e ambientais do desenvolvimento sustentável constitui-se no argumento central do modelo conceitual do turismo sustentável adotado pelo mundo ocidental e que procura incorporar três elementos essenciais – o lugar, a comunidade local e o visitante (SANTOS e CAMPOS, 2003). Os mesmos autores defendem, ainda, que os eixos básicos do desenvolvimento turístico sustentável – equidade social, eficiência econômica e conservação ambiental – devem ser concebidos como metas fundamentais dos processos de mudanças contínuas que orientam a participação da população na busca de formas adaptáveis às realidades locais, no sentido de planejar e gerir qualitativamente a atividade turística (SANTOS e CAMPOS, 2003).

Para Coriolano (2003), os principais fatores que colaboram para os esforços de se construírem experiências de turismo sustentável são o crescente número de pessoas incorporadas às atividades turísticas, o volume de recursos que pode gerar nos núcleos receptores, a necessidade de proteção do patrimônio natural, cultural e as bases educativas necessárias para sustentar e desenvolver o setor, o que pode induzir um processo sócio-educacional nas áreas visitadas. O turismo, nesse contexto, pode atingir a escala humana e contribuir para suprir necessidades. Coriolano (2003) afirma que os países que conseguem introduzir um desenvolvimento voltado para a escala humana tornam-se, inclusive, mais preparados à promoção do turismo.

Segundo Beni (2001), entre outras características, o turismo sustentável assegura a distribuição justa de custos e benefícios; gera empregos locais, tanto diretos no setor de turismo, como indiretos em vários setores de suporte e de gestão de recursos; estimula nichos de negócios – hotéis e outras modalidades de alojamento, restaurantes e outros serviços de alimentação, sistemas integrados e intermodais de transportes, artesanato e serviços de guias locais; injeta capital e dinheiro novo na economia local; diversifica a economia local (principalmente em áreas rurais, onde o emprego agrícola pode ser esporádico ou

insuficiente); estimula a tomada de decisões entre todos os segmentos da sociedade, inclusive populações locais; incorpora planejamento e zoneamento, assegurando o desenvolvimento do turismo adequado à capacidade de suporte do ecossistema; cria facilidades de recreação e entretenimento que podem ser usadas pelas comunidades locais e não só por turistas domésticos ou internacionais; auxilia a cobrir gastos com a restauração, preservação de sítios arqueológicos, construções e locais histórico-culturais.

Assim, é fundamental, conforme aborda Furlan (2003, p.57):

[...] analisar o leque de transformações em curso, dentre elas dos novos valores morais e éticos em jogo, dos valores de uso da terra, da imposição de novas identidades.

2.2 A Paisagem Cultural

Discute-se, atualmente, a aceleração das mudanças que vêm ocorrendo na superfície terrestre nas últimas décadas. Em última instância, pode-se falar de uma perplexidade quanto à alteração de paisagens. Mudanças essas geradas pelas mais diversas causas, desde intervenções urbanas, até as ocasionadas por alterações climáticas, entre outras.

Esta pesquisa fundamenta-se no conceito de paisagem cultural. Relaciona-se diretamente aos bens naturais e culturais, em uma tentativa de aproximá-los. Busca-se, neste item, delinear um panorama conceitual acerca da paisagem cultural, especialmente, pelo viés da geografia cultural. Faz-se relação com conceitos como patrimônio, identidade, memória, território, lugar, comunidade, que, juntos colaboram para a construção do corpo teórico utilizado.

2.2.1 Paisagem e a abordagem cultural

A paisagem apresenta-se carregada de símbolos, significados, marcas visíveis ou ocultas. As origens etimológicas de *paisagem* remetem ao termo latim *pagus*. Em italiano, o substantivo *pàgo* é utilizado para fazer referência aos distritos civis ou religiosos definidos na Roma antiga (MILANI, 2007, p.38).

Segundo Schama, a palavra “*landscape* entrou na língua inglesa junto com *herring* [arenque] e *bleached linen* [linho alvejado], no final do século XVI” (SCHAMA, 1996, p.20). Ambos os termos procedem da Holanda. E continua, afirmando que *landschap* (também do idioma holandês), como sua raiz germânica, *Landschaft*, tinha o duplo significado de “unidade de ocupação humana – uma jurisdição, na verdade – quanto qualquer coisa que pudesse ser o aprazível objeto de uma pintura”. Dessa forma, nos Países Baixos, “cenário de uma formidável engenharia humana, uma comunidade desenvolveu a idéia de uma *landschap*, que, no inglês coloquial da época, se tornou *landskip*” (SCHAMA, 1996, p.20). Na Itália, “o ambiente idílico e pastoril de riachos e colinas cobertas de dourados trigais, era conhecido como *parerga* e constituíam os cenários auxiliares dos temas comuns da mitologia clássica e das escrituras sagradas” (SCHAMA, 1996, p.21).

Schama explica que a moda das paisagens holandesas se estabeleceu na Inglaterra. Destacou-se uma tendência a reforçar uma imagem da Arcádia inglesa, valorizando a vida campestre “como um corretivo moral contra os males da corte e da cidade; pelas propriedades medicinais de suas plantas; pelas associações cristãs de ervas e flores; e, sobretudo, por sua proclamação da estupenda benevolência do Criador” (SCHAMA, 1996, p.21).

O termo *landscape*, para traduzir o novo termo holandês, impõe-se com a difusão do novo gênero pictural. O italiano transcreve a idéia de extensão de *pays*, criando *paesaggio*, de onde deriva o termo francês. Seu emprego é verificado a partir de 1549 (CLAVAL, 2004, p.14).

Segundo Holzer, a associação de áreas amplas com características físicas e culturais homogêneas com a *paysage*, reforçada por Vidal de La Blache, tem sua origem no radical *pays*, que significava, na Idade Média francesa, simultaneamente, habitante e território. A geografia francesa logo se apropriou da palavra *paysage*, destituindo-a de seu sentido renascentista, e restituindo-a o sentido mais amplo de seu correlato alemão. Importante mencionar que *paysage* surge na França em 1551; *paesaggio*, na Itália do século XVII; *paisaje*, na Espanha em 1708; e “paisagem” em Portugal, pelas mãos de Luís Mendes de Vasconcelos, em 1608” (HOLZER, 1999, p.153).

Holzer destaca que questões de âmbito lingüístico se impõem, ao se perguntar se *landschaft* equivale a *paysage*? Afirma que a palavra alemã é “mais antiga, medieval, seu conteúdo é mais abrangente e mais complexo que o das línguas latinas, em que o termo é renascentista, já limitado, em sua origem, às artes plásticas” (HOLZER, 1999, p.152).

Para Holzer, *Landschaft* remete a “uma associação entre o sítio e os seus habitantes, ou se preferirmos, de uma associação morfológica e cultural. Talvez tenha surgido *de Land schaffen* ou seja, criar a terra, produzir a terra. Esta palavra, transmudada em *landscape* chegou à geografia norte-americana pelas mãos de Sauer (1983) que, cuidadosamente, enfatizava que seu sentido continua sendo o mesmo: o de formatar (*land shape*) a terra, implicando numa associação das formas físicas e culturais (HOLZER, 1999, p.152).

Também teria impactos na nova tendência a descoberta (ou redescoberta), no início de 1420, em Florença, por Brunelleschi, das leis da perspectiva (CLAVAL, 2004, p.13).

Segundo Cosgrove (2004), a palavra paisagem surgiu no Renascimento para indicar uma nova relação entre os seres humanos e seu ambiente. A época foi marcada por uma verdadeira

revolução caracterizada pela aplicação de regras formais matemáticas e geométricas derivadas de Euclides. Para ele, a mais notável de todas as inovações, provavelmente, foi a invenção da perspectiva linear, permitindo reproduzir a ilusão realista de um espaço composto racionalmente por três dimensões, em duas dimensões. Cosgrove comenta que:

Não é de espantar que, no mesmo período, a pintura das paisagens tenha aparecido pela primeira vez na Europa como uma expressão popular, acompanhada por uma arte florescente de incluir a paisagem na poesia, representação teatral, jardins e na concepção de parques. Esta também foi a época quando o espaço terrestre estava sendo mapeado racionalmente nas quadriculas de sofisticadas projeções de mapas, enquanto paisagens humanas racionais estavam sendo construídas nas capitais, como Roma, São Petesburgo e Paris, e impressas nas terras recentemente recuperadas no norte da Itália, Holanda e East Anglia ou nas grandes propriedades rurais inglesas (enclosed estates) e sobre a vastidão de territórios coloniais além-mar. (COSGROVE, 2004, p.98-9).

A paisagem está intimamente ligada a uma nova maneira de ver o mundo como uma criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e mecanismo são acessíveis à mente humana, assim como ao olho, e agem como guias para os seres humanos em suas ações de alterar e aperfeiçoar o meio ambiente. Algumas implicações desse conceito complexo são: (i) foco nas formas visíveis de nosso mundo, sua composição e estrutura espacial; (ii) unidade, coerência e ordem ou concepção racional do meio ambiente; (iii) a idéia de intervenção humana e controle das forças que modelam e remodelam nosso mundo (COSGROVE, 2004, p.99).

Paul Claval (2001) explica que alguns pesquisadores fizeram relevantes pesquisas partindo da premissa de que a paisagem não é uma categoria universal do pensamento. Na França, Augustin Berque (1995) e o filósofo Alain Roger (1995 e 1997) exploraram esse campo durante os últimos vinte anos. A noção de paisagem existe somente em duas áreas culturais: no Extremo Oriente, tendo surgido na China, nos séculos III e IV depois de Cristo, e na Europa Ocidental, tendo primeiramente se consolidado nos Países Baixos e na Itália. Para as sociedades camponesas da Europa, do Oriente Médio e da Ásia meridional tradicional:

As paisagens se integravam em uma percepção religiosa da natureza: o registro dos sentimentos que poderiam fazer nascer situava-se no campo do sagrado e do profano, bem mais do que no da beleza ou do sublime. (CLAVAL, 2001, p.58).

Se as paisagens não são realidades objetivas, seu papel na vida dos grupos humanos é mais complexo do que geralmente se pensa. Elas desempenham o papel de suporte de mensagens e de símbolos. As paisagens são intencionalmente utilizadas nas estratégias de manipulação ideológica, como mostrou Denis Cosgrove (1984) a propósito das ricas cidades dos venezianos dos séculos XVI e XVII, e de seus equivalentes britânicos no século XVIII (CLAVAL, 2001, p.58).

Schama (1996, p.20) complementa a questão da subjetividade relacionada às paisagens.

Afirma que:

Até mesmo as paisagens que parecem mais livres de nossa cultura, a um exame mais atento, podem revelar-se como seu produto. Parece correto reconhecer que é nossa percepção transformadora que estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem.

Para ele, toda a nossa tradição da paisagem é o produto de uma cultura comum. É, portanto, relativa à construção de uma tradição construída a partir de um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões. Schama vai além, ao afirmar que mesmo os cultos, que procuramos em outras culturas nativas – “da floresta primitiva do rio da vida, da montanha sagrada -, na verdade estão a nossa volta, vivos e passando bem; resta saber onde procurá-los.” (SCHAMA, 1996, p.24).

Para Schama (1996), ainda, as paisagens podem ser conscientemente concebidas para expressar as virtudes de uma determinada comunidade política ou social (SCHAMA, 1996, p.26). Complementa Berque (1998), afirmando que a paisagem não reside no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa desses dois termos.

Diferentes disciplinas acadêmicas, como arquitetura, antropologia, ecologia e geografia têm a paisagem como objeto de estudos. Há um denominador comum entre elas, mas, cada uma se apropria do termo de uma maneira própria, conferindo-lhe significados bastante diversos.

Internamente, cada disciplina apresenta correntes de pensamento que tratam do conceito de paisagem, teórica e metodologicamente, de maneiras bastante distintas. Isso torna a noção de paisagem extremamente polissêmica (RIBEIRO, 2007, p.14).

Holzer comenta sobre um primeiro problema para o estudo conceitual da paisagem. Afirma que ele:

Pode colher poucos subsídios na filosofia que não sejam os de uma reflexão a partir de seus significados estéticos. Para outras disciplinas, assim como para o senso comum do pensamento ocidental, a paisagem se reduz a uma porção do espaço que pode ser observada com um golpe de vista. (HOLZER, 1999, p.150).

Desde o início do século XX, seguindo a tradição de Humboldt e de outros naturalistas românticos, a geografia viabilizou-se enquanto disciplina acadêmica tendo como objeto de estudo a “paisagem” (HOLZER, 1999, p.150-1).

Estes geógrafos pioneiros associaram a “paisagem” a porções do espaço relativamente amplas, que se destacavam visualmente por possuírem características físicas e culturais suficientemente homogêneas para assumirem uma individualidade. A palavra “visualmente” refere-se diretamente a todo um aparato técnico ligado à trigonometria e à geometria descritiva que permitiam a projeção e identificação dessas áreas na carta geográfica, mas que envolve também um acurado senso de observação do geógrafo em campo, uma visão de paisagista, para que sejam associadas adequadamente uma determinada cultura com o seu sítio (HOLZER, 1999, p.151).

A paisagem é um dos conceitos mais antigos da geografia. Foi um dos primeiros temas a serem desenvolvidos pelos geógrafos alemães abordando a dimensão cultural. Esta foi incorporada, na década de 1920, pelo geógrafo americano Carl Ortwin Sauer. Seu grande clássico é “A morfologia da paisagem”, publicado em 1925. Nessa abordagem pioneira da geografia cultural, privilegiou-se a análise morfológica da paisagem, sendo a cultura apreendida através da análise das técnicas, dos utensílios e das transformações das paisagens,

ou seja, dos aspectos materiais, utilizados pelo homem de forma a modificar o ambiente natural.

Sauer é considerado o fundador e expoente máximo da chamada Escola de Berkeley. Alguns discípulos de relevância em termos de produção na área são Philip L. Wagner e Marvin W. Mikesell, entre outros. Teve a Universidade da Califórnia, campus de Berkeley, como epicentro (CORRÊA e ROSENDAHL, 2000, p.7-14).

Segundo Holzer (1999, p. 153-4), Sauer foi o mais importante difusor do novo conceito geográfico. Ao incorporar o termo paisagem, da geografia alemã, o geógrafo norte-americano delineou suas características mais marcantes. Primeiramente ao colocá-lo como termo central da geografia enquanto corologia.

Para Correa e Rosendahl (2000, p.9), a base da geografia de Sauer e seus discípulos foi constituída pelo historicismo. Características principais da obra saueriana, segundo esses autores, são: a crença na diversidade cultural, a ênfase no passado, a valorização da contingência, o primado da compreensão, uma certa postura anti-urbana e o privilégio de sociedades tradicionais. Ressaltam a influência do antropólogo Alfred Kroeber, colega de Berkeley, na obra de Sauer.

Sauer, em texto originalmente escrito em 1931 e re-editado em 2000, afirma que a geografia cultural implica um programa integrado ao objetivo geral da geografia, qual seja: “um entendimento da diferenciação da Terra em áreas. Seu método é evolutivo, especificamente histórico até onde a documentação permite e, por conseguinte, trata de determinar as sucessões de cultura que ocorreram numa área.” Assim, alega que:

Seus objetivos imediatos são dados pela descrição explicativa dos fatos de ocupação da área considerada. Os problemas principais da geografia cultural consistirão no descobrimento do conteúdo e significado dos agregados geográficos que reconhecemos de forma imprecisa como áreas culturais, em estabelecer as etapas normais de seu desenvolvimento, em investigar as fases de apogeu e de decadência, e, desta forma, alcançar um conhecimento mais preciso da relação entre cultura e os recursos postos à sua disposição. (SAUER, 2000, p.109-10).

A geografia da Escola de Berkeley insistia na unidade da geografia, e esse é um de seus méritos, para Corrêa e Rosendahl (2000, p.9). Situa-se no âmbito do que muitos denominam, a partir de 1980, de geografia cultural tradicional, em oposição à “nova” geografia cultural, que surgia à época. No entanto, ainda de acordo com esses autores, “por mais justificadas que sejam muitas das críticas feitas à Escola de Berkeley, a “nova” geografia cultural tem, na vasta obra de Sauer e de seus discípulos, uma de suas necessárias matrizes” (CORRÊA; ROSENDAHL, 2000, p.9).

A geografia cultural constitui, desde seu início, um subcampo da geografia humana, tendo como objeto de interesse a diversidade do meio ambiente transformado pelo homem (WAGNER; MIKESELL, 1962, p.VII).

Holzer (1999, p. 153) comenta que o conceito geográfico do final do século XIX voltou-se para o significado medieval de área física e culturalmente reconhecível.

A Geografia Humanista, na década de 1980, começou a receber críticas às suas formulações. Uma delas foi quanto ao conceito cultural em que a paisagem era abordada, como uma produção da mente dos indivíduos ou grupos humanos, descolada do contexto histórico das relações humanas de produção e entre as pessoas e o mundo o qual habitam (COSGROVE, 1978, p.70). Outra crítica foi com relação ao tratamento superficial que era dado ao contexto social, feitas principalmente pelos geógrafos inseridos na “Nova Geografia Cultural”. O movimento de renovação dentro da Geografia Cultural acabou incorporando como um dos focos de análise a simbologia da paisagem.

Afirma Holzer (1999, p.155) que, da década de 1920 até o início de 1960, o foco, na Geografia Cultural, era estabelecer bases metodológicas que atendessem a seu variado programa de estudos. A partir de 1960, a ênfase no caráter coletivo da cultura é deixada de lado e preocupações eminentemente epistemológicas direcionam os estudos para o estado das atitudes e preferências que, segundo o próprio Sauer, podiam ser inventadas ou adquiridas.

Uma grande mudança de atitudes caracteriza a transformação que começa a afetar os estudos culturais conduzidos pelos geógrafos a partir do início da década de 1970. Teve destaque, à época, a constatação de que as realidades que refletem a organização social do mundo, a vida dos grupos humanos e suas atividades jamais são puramente materiais. São, isto sim, expressão de processos cognitivos, de atividades mentais, de trocas de informação e de idéias. As relações dos homens com o meio ambiente e com o espaço têm uma dimensão psicológica e sociopsicológica. E nascem das sensações que as pessoas experimentam e das percepções a elas ligadas (CLAVAL, 2001, p.39).

Corrêa (1999, p.51) comenta que o ressurgimento da geografia cultural se faz em um “contexto pós-positivista e vem da consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica. A dimensão cultural torna-se necessária para a compreensão do mundo”. O autor continua, afirmando que o ressurgir da geografia cultural é marcado por diversas influências. Pela geografia cultural que a antecedia e pelo materialismo histórico e dialético, que considera a cultura como um reflexo e uma condição social, simultaneamente. Atualmente, valoriza-se a experiência, a intersubjetividade, os sentimentos, a intuição e a compreensão daquilo que não se repete (CORREA, 1999, p.52).

O lugar é erigido em um conceito-chave da geografia com Relph (1976) e Tuan (1974, 1977), passando-se a distinguir, com o primeiro, lugar e não-lugar. O espaço vivido, expressão cunhada na geografia francesa, emerge como temática (FRÉMONT, 1976).

As temáticas da religião, da percepção ambiental, da identidade espacial e a interpretação de textos (literatura, música, pintura e cinema) estão entre outras temáticas que emergiram ou foram retomadas. O espaço urbano passa a ser objeto de interesse dos geógrafos culturais (CORREA, 1999, p.53).

A geografia cultural “distingue, descreve e classifica os complexos típicos de aspectos ambientais, incluindo aqueles feitos pelo homem, que coincidem com cada comunidade

cultural”. Ao fazê-lo, considera-os como *paisagens culturais*, e procura origens na *história da cultura* (WAGNER; MIKESELL, 2000, p.112).

A cultura, segundo Wagner e Mikesell resulta da capacidade de os seres humanos se comunicarem entre si por meio de símbolos. Assim,

Quando as pessoas parecem pensar e agir similarmente, elas o fazem porque vivem, trabalham e conversam juntas, aprendem dos mesmos companheiros e mestres, tagarelam sobre os mesmos acontecimentos, questões e personalidades, observam ao seu redor, atribuem o mesmo significado aos objetos feitos pelo homem, participam dos mesmos rituais e recordam o mesmo passado. (WAGNER e MIKESELL, 2000, p.114-5).

Refletem, dessa forma, a existência de símbolos e língua comuns.

De acordo com Corrêa (1996, p. 67), a “(...) nova geografia cultural resgata e amplia as bases epistemológicas desenvolvidas pela Geografia Cultural de Sauer e dos geógrafos europeus”.

Amplia os temas tradicionais, ligados à paisagem cultural, assim como a paisagem passa a ser concebida em uma amplitude de abordagens, tendo por base uma matriz não-positivista. A simbologia da paisagem é analisada através das obras literárias, cinema, pintura e, música.

Para Claval, uma das principais mudanças incorre no fato de se buscar compreender como a vida dos indivíduos e dos grupos se organiza no espaço, nele se imprime e nele se reflete (CLAVAL, 2001, p.40). E continua: “trabalha-se com a dialética das relações sociais no espaço, com sua ligação ao meio ambiente e ao papel complexo das paisagens, ao mesmo tempo suportes e matrizes das culturas.” (CLAVAL, 2001, p.41).

A nova abordagem cultural alarga e aprofunda consideravelmente o campo coberto pela geografia cultural da primeira metade do século XX. Claval (2001, p.42) comenta que:

Trata-se de interrogar os homens sobre a experiência que têm daquilo que os envolve, sobre o sentido que dão à sua vida e sobre a maneira pela qual modelam os ambientes e desenham as paisagens para neles afirmar sua personalidade, suas convicções e suas esperanças.

O próprio conceito de paisagem é uma forma especial de dar significados, estruturar e compor o mundo externo, “cuja história tem que ser entendida em relação à apropriação material da terra” (COSGROVE; JACKSON, 2000, p.18).

Considerando essa diversidade de enfoques sob a temática da paisagem, o objetivo comum no estudo desses pesquisadores é:

Descrever e entender as relações entre a vida humana coletiva e o mundo natural, as transformações feitas por nossa existência no mundo da natureza, e acima de tudo, os significados que as culturas atribuem para sua existência e para as suas relações com o mundo natural (COSGROVE, 1994, p. 387).

No entanto, COSGROVE (1994, p.388) ressalta a dificuldade teórica enfrentada pelos geógrafos culturais ao buscar trabalhar em conjunto cultura e natureza. Isto se dá em decorrência de, no pensamento moderno, esses dois campos pertencerem a domínios distintos. Na década de 1970, houve uma reestruturação da geografia francesa, sendo desenvolvida uma corrente de pensamento reconhecida como “espaço vivido”, tendo como principal representante A. Frémont (1976). Também se destaca Bailly (1985, p.200), que apresentou uma nova proposta epistemológica, denominada “Geografia das Representações”. Sua preferência pelo termo “representação”, criado por Piaget, recusando a denominação tradicional de “percepção”, dá-se, pois, para ele, o primeiro termo é mais apropriado por tratar da evocação de um objeto na sua ausência. Completa, assim, o conhecimento perceptivo a que se refere, sendo que a “percepção” é, simplesmente, a função pela qual o espírito representa os objetos que estão na sua presença.

Berque apresentou importante contribuição ao entendimento da simbologia da paisagem. Aborda a geografia cultural como o estudo do sentido, tanto unitário como global, que a sociedade faz de sua relação com o espaço e a natureza, que, concretamente, é vista como paisagem (BERQUE, 1998, p.84).

Para Cosgrove e Jackson (2000, p. 16), nessa “nova” geografia, a cultura não é uma categoria residual, mas o meio pelo qual a mudança social é experienciada, contestada e constituída. Parafraçando Stuart Hall, os autores Cosgrove e Jackson (2000, p.25-6) afirmam que a cultura é o meio pelo qual as pessoas transformam o fenômeno no cotidiano do mundo material num mundo de símbolos significativos, ao qual dão sentido e atrelam valores. Além

disso, a visão unitária da cultura dá lugar à pluralidade de culturas, cada uma com suas especificidades de tempo e lugar. Para esses autores, a geografia das formas culturais é muito mais do que reflexo passivo das forças históricas que a moldaram.

Tem-se verificado uma “rápida expansão da pesquisa geográfica cultural dentro das outras ciências sociais e humanidade”, além disso, a incorporação de um grande contingente britânico com uma genealogia intelectual diversa. As mesmas diferenças transformaram a geografia cultural em heterotopia (lugar de discursos incompatíveis) (DUNCAN, 2000, p.74).

Atualmente, a geografia cultural comporta desde pesquisadores que estudam os padrões de objetos no espaço, sem referência ao processo cultural, até aqueles que investigam o processo cultural, sem referência ao espaço, ao lugar ou à paisagem. Duncan (2000, p.82) afirma que

A concepção de geografia cultural enquanto heterotopia epistemológica é a melhor e que devemos aceitar as implicações desta condição cada vez mais comum na academia. Uma parte importante desta aceitação é se dar conta de que um discurso ‘dominante’, capaz de estabelecer uma unidade intelectual, é ilusão. (...) o que temos, na realidade, são “lugares de diferença”, cada um dos quais com seu próprio discurso, ligados a outros lugares semelhantes dentro das ciências sociais e humanidades.

Reforça Mikesell (2000, p.87) que o estudo cultural não oferece a recompensa da certeza profética nem da simplificação grandiosa. As generalizações sobre a cultura são, na melhor das hipóteses, frágeis sínteses que devem ser construídas e desmontadas repetidamente.

Corrêa comenta que a paisagem cultural é um tema que vem sendo abordado pela geografia cultural desde seus primórdios (CORREA, 1999, p.50-1). Segundo Sauer (2000, p.68), a paisagem cultural é formada a partir da paisagem natural pelo grupo cultural. O grupo é a força ativa, a área natural é o meio (*milieu*) no qual o grupo atua e a paisagem cultural é o resultado. Sob a influência de uma determinada cultura, que muda com o tempo, a paisagem é desenvolvida ou deformada, alcançando talvez um clímax de desenvolvimento, a não ser que o rejuvenescimento ocorra por conta da introdução de novos elementos culturais.

A associação típica de características geográficas concretas numa região ou em qualquer outra subdivisão espacial da superfície terrestre pode ser descrita como uma “paisagem”. Este termo

abrange tanto as características distintas que servem para diferenciar uma região, como as características que não se limitam a uma região determinada, mas ocorrem nela. Então, a paisagem cultural refere-se ao conteúdo geográfico de uma determinada área ou um complexo geográfico de um certo tipo, no qual são manifestas as escolhas feitas e as mudanças realizadas pelos homens enquanto membros de uma comunidade cultural (WAGNER; MIKESELL, 2000, p.132-3).

O estudo da paisagem cultural serve, simultânea e inseparavelmente, a diversos fins diferentes, conforme afirmam Wagner e Mikesell (2000, p.133). Independente da sua função de descrição sistemática, proporciona uma base para a classificação regional, possibilita um *insight* sobre o papel do homem nas transformações geográficas e esclarece certos aspectos da cultura e de comunidades culturais em si mesmas. Busca diferenças na paisagem que possam ser atribuídas a diferenças de conduta humana sob diferentes culturas e procura desvios de condições “naturais” esperadas, causados pelo homem.

A paisagem cultural, então, pode ser entendida como um produto concreto e característico da interação complicada entre uma determinada comunidade humana, abrangendo certas preferências e potenciais culturais, e um conjunto particular de circunstâncias naturais. É uma herança de um longo período de evolução natural e de muitas gerações de esforço humano (WAGNER; MIKESELL, 2000, p.135).

A evolução de uma paisagem, para Wagner e Mikesell (2000), é um processo gradual e cumulativo. Além disso, afirmam que:

As paisagens culturais atuais do mundo refletem não apenas evoluções locais, mas também grande número de influências devido às migrações, difusão, comércio e trocas. Subjacente à maioria das áreas culturais de hoje está uma longa sucessão de diferentes culturas e desenvolvimentos culturais. (WAGNER; MIKESELL, 2000, p.141).

Para Cosgrove e Jackson (2000, p.18), ao reconstruir os conceitos de paisagem e de cultura com novas referências conceituais, os estudos recentes de geografia cultural enfatizam o caráter de construção cultural sofisticada do próprio conceito de paisagem. O conceito de

paisagem é, continuam, um modo especial de compor, estruturar e dar significado a um mundo externo, cuja história tem que ser entendida em relação à apropriação material da terra. A paisagem pode, então, ser estudada através de vários meios e superfícies: por intermédio da pintura sobre a tela, da escrita sobre o papel, das imagens gravadas em filme, e mesmo da terra, da pedra, da água e da vegetação sobre o solo. Esses meios revelam significados que os grupos humanos atribuem às áreas e lugares, permitindo relacionar esses significados a outros aspectos e condições da existência humana (COSGROVE; JACKSON, 2000, p.18).

A linha interpretativa dentro da geografia cultural recente desenvolve a metáfora da paisagem como “texto”, a ser lido e interpretado como documento social. Do mesmo modo, Clifford Geertz (1973) descreve a antropologia como a interpretação de textos culturais; introduz a idéia, aparentemente simples, de que toda a vida social envolve a interpretação e negociação de significados dentro de um grupo de atores sociais (COSGROVE; JACKSON, 2000, p.19).

Segundo Mikesell (2000, p.94), o estudo da paisagem carrega um conjunto de problemas não resolvidos. Apesar de considerar que a passagem da descrição morfológica para a interpretação simbólica pode ser considerada um prenúncio de progresso.

A abordagem cultural, segundo Claval (1999, p.94), restabelece as condições de materialidade, historicidade e geograficidade de todo fato humano e social. Colocando a ênfase sobre o primado da comunicação, ela ajuda a compreender como os homens e as sociedades se fazem e se desfazem em um movimento perpetuo que criou o individual a partir do coletivo, e o coletivo a partir das ações individuais.

Sauer, na primeira metade do século XX, em suas reflexões sobre a paisagem, já abordava a relação entre o homem e os limites de recursos, lançando bases para o conceito de sustentabilidade que viria a ganhar corpo décadas seguintes.

[...] Se há uma forma na qual estamos prontos a fazer uma pergunta geral na fase cultural de nossos estudos, provavelmente é esta: até que ponto está o homem, enquanto agente terrestre – isto é, por meio de suas expressões culturais em área – vivendo harmoniosamente na natureza (simbioticamente), e até que ponto está estabelecendo limites restritos para

as futuras gerações, vivendo além dos recursos dos locais que ocupa? Por exemplo: o homem parece criar periodicamente sua própria ruína quando estabelece culturas avançadas em regiões desertas. Certamente, ele tem sido instrumento de destruição sem paralelo em muitas áreas novas, abertas ao comércio no século passado. O inventário de uma região precisa levar em conta muito cuidadosamente a iniciativa humana na transformação da natureza e a visão do homem em relação à permanência de sua morada, condições que são muito variáveis em diferentes grupos e em diferentes épocas. Em outras palavras, consideramos o fato de que há limites na natureza contra os quais o homem pode sair-se muito mal por suas ações. (SAUER, 2000, p.70-1).

A paisagem cultural ou geográfica, segundo Corrêa e Rosendahl (2004, p.8-9), resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural. Apresenta, simultaneamente, várias dimensões que cada matriz epistemológica privilegia. Tem uma dimensão morfológica e uma dimensão funcional, isto é, apresenta relações entre as suas diversas partes. Produto da ação humana ao longo do tempo, a paisagem apresenta uma dimensão histórica. Na medida em que uma mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre, apresenta uma dimensão espacial. Mas a paisagem é produtora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias: tem assim uma dimensão simbólica.

Os signos de que as paisagens são portadoras, para Claval (2004, p.67), transmitem mensagens intencionais, geralmente muito fáceis de serem decifradas pelas pessoas familiarizadas com a cultura local. A mensagem não se torna clara, para os demais, a não ser que se conheçam os textos que ela procura transcrever.

Uma geografia cultural renovada consideraria a paisagem como um texto cultural, mas reconhece que os textos têm muitas dimensões, oferecendo a possibilidade de leituras diferentes simultâneas e igualmente válidas (COSGROVE, 2004, p.101).

Cosgrove (2004, p.121) comenta que:

As paisagens tomadas como verdadeiras de nossas vidas cotidianas estão cheias de significados. Grande parte da geografia mais interessante está em decodificá-las. É tarefa que pode ser realizada por qualquer pessoa no nível de sofisticação apropriado para elas. Porque a geografia está em toda a parte, reproduzida diariamente por cada um de nós.

Assim, revelar os significados na paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira auto-consciente e, então, *re-presentar* essa paisagem num nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos (COSGROVE, 2004, p.103).

É ao papel que a paisagem desempenha nos processos culturais e aos valores que aí se lêem que os pesquisadores se atêm, nos últimos tempos (CLAVAL, 1999, p.92).

A paisagem desempenha um papel na aquisição, por cada um, de conhecimentos, de atitudes e de reflexos dos quais temos necessidade para viver: ela constitui o quadro em relação ao qual aprendemos a nos orientar; ela fala da sociedade na qual se vive, e das relações que as pessoas aí estabelecem com a natureza; esse cenário está carregado de lembranças históricas cuja significação é apreendida pouco a pouco. A paisagem é, assim, uma das matrizes da cultura. Mas ela é também o lugar onde as atividades humanas gravam sua marca, diz Claval, remetendo a Berque (CLAVAL, 1999, p.92).

O conceito de paisagem cultural tem sido utilizado pela *United Nations, Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) desde a Convenção de 1972. Em 1992, instituiu a paisagem cultural como categoria para inscrição de bens na lista de patrimônio mundial, na intenção de se libertar da dicotomia imposta pelos critérios existentes para a inscrição dos bens naturais ou culturais. As paisagens culturais são entendidas como:

Ilustrativas da evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, sobre a influência de contingências físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo ambiente natural, bem como pelas sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas e internas, que nelas interferem. Elas devem ser selecionadas pelo seu valor universal e pela sua representatividade em termos de uma região geocultural claramente definida e também pela sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e típicos dessa região. [...] O termo 'paisagem cultural' envolve uma diversidade de manifestações da interação entre a humanidade e seu ambiente natural. (UNESCO, 1999, p.36-37).

Interessante análise é realizada por Ribeiro (2007) sobre o quadro evolutivo dos conceitos acerca da preservação patrimonial e da evolução da aplicação do conceito de paisagem cultural na esfera dos órgãos de preservação.

Outro conceito importante, nesse contexto, é o da ambiência, reforçado pela Recomendação de Nairobi (1976), que a define como o quadro ao redor do bem protegido que influi na percepção do observador:

Entende-se por ‘ambiência’ dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais. (IPHAN, 2004, 220).

Nela, defende-se que cada conjunto histórico ou tradicional e sua ambiência deveria ser considerado em sua globalidade, como um todo coerente, cujo equilíbrio e caráter específico dependem da síntese dos elementos que o compõem e que compreendem tanto as atividades humanas como as construções, a estrutura espacial e as zonas circundantes. Dessa maneira, todos os elementos válidos, incluídas as atividades humanas, desde as mais modestas, têm em relação ao conjunto, uma significação que é preciso respeitar (IPHAN, 2004, p.220).

2.2.2 Relações entre paisagem, identidade, lugar, território e memória

Conforme afirma Cosgrove, remetendo à emergência de uma nova geografia cultural, esta é parte de uma ampla resposta intelectual ao “colapso das fronteiras intelectuais herdadas dentro da academia, e a um trabalho crescente de flexibilidade teórica e empírica que alguns rotulariam de pós-moderna.” (COSGROVE, 1999, p.19). Nos estudos culturais, continua, a história é substituída pelo passado, pela memória, e, então, trazida para sua íntima conexão com o presente e o futuro. Sendo que as relações sociais da memória são poderosamente importantes na constituição da identidade e do lugar (COSGROVE, 1999, p.23). Holzer (1999, p.149) destaca a retomada da dimensão cultural no pensamento geográfico, especificamente, e, em geral, no pensamento científico como um todo.

O conceito de cultura na prática antropológica moderna sancionou uma “distinção entre cultura, compreendida como conjunto de valores e idéias, e interação social” (MERQUIOR, 1997, p.99), tendo os valores simbólicos como cerne.

A cultura, para Cosgrove (2004, p. 101-2) tem que ser constantemente reproduzida pelos seres humanos, em suas ações, muitas das quais são ações rotineiras da vida cotidiana. Afirma que “é sempre *potencialmente* capaz de ser trazida ao nível da reflexão consciente e da comunicação. [...] Assim, a cultura é, ao mesmo tempo, determinada por e determinante da consciência e das práticas humanas”. Para compreender as expressões “impressas por uma cultura em sua paisagem, necessitamos de um conhecimento da ‘linguagem’ empregada: os símbolos e seu significado nessa cultura” (COSGROVE, 2004, p.105-6).

O ponto de vista cultural, para Claval (1999, p.59), permite resolver os problemas de método herdados do positivismo. Comenta, ainda, Holzer (1999, p.149) que diversos conceitos vêm sendo redescobertos, reestudados e revistos. Entre eles, paisagem, ambiente e ecossistema, que ganharam destaque na mídia e entre os cidadãos preocupados com seu bem-estar.

O imperativo ecológico, para Claval (2001, p.54), aparece com mais importância do que nunca por causa do risco de se verem os ambientes (locais) exageradamente explorados e se assistir à multiplicação de desequilíbrios globais. Este autor reforça que boa parte da abordagem cultural contemporânea é consagrada a esses aspectos. Busca-se, assim, “explorar a convivência que se estabelece entre o espírito e o meio ambiente que o envolve” (CLAVAL, 2001, p.57).

Haesbaert (1999, p.170-1) chama a atenção para a questão da identidade, no contexto em que se vive, em que impera uma crise de valores e de sentido. Trata-se não somente de defender o direito à diferença, mas também de resistir a uma sociedade globalmente mercantilizada, onde a primazia das relações e dos valores sociais vincula-se à acumulação de capital. A identidade

também pode ressurgir como uma forma, consciente ou não, de contraposição ao processo excludente engendrado pela globalização.

Claval (1999, p.62) destaca que, com a uniformização das técnicas, as populações vêm se dissolver algumas das marcas mais antigas de suas identidades, o que tem gerado respostas fortes. Isso se dá uma vez que a padronização de tipos de vida e de produtos ameaça seu ser profundo de forma que começam a procurar por novas fontes de identidade. Vivendo em sociedades onde as técnicas materiais variam sobremaneira, muitas vezes, uma característica do vestuário, do habitat ou do gênero de vida vem a ser valorizada e se torna um símbolo. De mesma forma, a língua, a religião e as instituições políticas contribuem para tal contexto. O contexto de uniformização do mundo material destrói os símbolos físicos das identidades (CLAVAL, 1999, p.89).

A identidade, elucida Haesbaert (1999, p. 173), em primeiro lugar, pode tanto estar referida a pessoas como a objetos, coisas, em segundo lugar, ela implica uma relação de semelhança ou de igualdade. Parece ser esse seu maior paradoxo: encontrar a igualdade num “objeto” ou “pessoa”. Esta busca do igual, do idêntico, pode ser entendida também como uma busca pelo “verdadeiro”, “autêntico”.

Haesbaert (1999, p.174). comenta que a identidade social, como identidade individual, é também uma identidade carregada, ao mesmo tempo, de subjetividade e de objetividade. Na discussão da identidade territorial isto aparece de forma muito nítida, pois sua dimensão mais concreta constitui um componente estruturado e de identidade. Assim, identificar é, sempre, “*identificar-se*, um processo *reflexivo*, portanto, e identificar-se é sempre um processo de identificar-se *com*, ou seja, é sempre um processo *relacional*, dialógico, inserido numa relação social.” (HAESBAERT, 1999, p.174).

Além disso, “toda identidade só se define em relação a outras identidades, numa relação complexa de escalas territoriais e valorações negativas e positivas” (HAESBAERT, 1999, p.174-5).

Como produto e produtor de identidade, coloca-se o território, que também compõe o “ser” de cada grupo social, por mais que a sua cartografia seja reticulada, sobreposta e/ou descontínua. O território pode veicular poderes simbólicos de múltiplas faces, ora reforçando a segregação, ora viabilizando uma dinâmica de convívio ou de ativação de múltiplas identidades (HAESBAERT, 1999, p.185-187). O território:

Integra uma dimensão natural (a extensão-suporte), uma dimensão sociopolítica (os sistemas de controle ou de apropriação do qual ele é objeto) e uma dimensão cultural (a carga simbólica de que ele se reveste para os indivíduos ou grupos que nele capturam uma parte ou a totalidade de sua identidade). (CLAVAL, 1999, p.79-80).

Claval (1999) comenta que a territorialidade é um dos ingredientes essenciais das identidades, mas ela não tem sempre a mesma capacidade de reprodução nem a mesma forma. Manifesta-se, freqüentemente, “no cuidado de preservar o patrimônio monumental – e por vezes natural – das áreas reivindicadas. Ela toma, então, uma dimensão paisagística” (CLAVAL, 1999, p.91).

A territorialidade contém referências à sensibilidade, à percepção, ao sentimento, à identidade (CLAVAL, 2001, p.66). Muitos ancoraram suas identidades nos aspectos sensíveis de seu meio ambiente, tanto quanto nos valores ou crenças que compartilham. Para limitar o impacto da globalização nesse domínio, a preservação das paisagens tradicionais tornou-se uma preocupação política de muitos países ocidentais (CLAVAL, 2001, p.67).

No caso da atividade turística, ela deixa, paulatinamente, de ser usuária passiva dos territórios para tornar-se mais um agente condicionador de seu (re)ordenamento (CRUZ, 2000, p. 7).

Quando se olha para o passado, uma das principais razões é a necessidade de adquirir um sentido do eu e da identidade. Afirma Tuan (1983, p.206) que “somos aquilo que temos. Temos amigos, parentes e ancestrais; temos habilidades e conhecimento”.

Existem vários mecanismos para escorar as deterioradas paisagens do passado. Tuan cita as cartas dos amigos que foram embora; o álbum de família que registra os que já morreram; as miudezas de nosso passado, como o diploma do ginásio, os selos dos vistos do velho passaporte, etc. Afinal, “os objetos seguram o tempo” (TUAN, 1983, p.207).

A necessidade de ter objetos tangíveis nos quais se possa apoiar o sentimento de identidade gera um entusiasmo pela preservação. As razões pelas quais se busca conservar os aspectos do passado parecem ser de três tipos: estético, moral e aumento da confiança (TUAN, 1983, p.217).

Para Tuan (1983, p.214), o interesse pelo passado aumentou com o desejo de colecionar e possuir objetos materiais e com o crescente prestígio da curiosidade educada. Aparece, então, como resposta a esses desejos, o museu. Em uma frase polêmica, diz Tuan que “o culto ao passado requer ilusão em vez de autenticidade” (TUAN, 1983, p.215).

Quando se analisa uma cidade histórica, afirma Tuan (1983, p. 193) que ela não se torna histórica simplesmente porque ocupa um mesmo sítio durante um longo tempo. Os acontecimentos passados não produzirão impactos no presente se não forem gravados em livros de história, monumentos, desfiles e festividades solenes e alegres que todos reconhecem fazer parte de uma tradição que se mantém viva.

A palavra topofilia, amplamente difundida por Tuan (1980) é um neologismo que remete ao amor ao lugar. Inclui todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética, tátil ou referir-se aos sentimentos que temos para com um lugar, “por ser o lar, o lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida” (TUAN, 1980, p.107).

Busca-se, a seguir, resumidamente apresentar as idéias de Lynch (1997), para contextualizar a abordagem de leitura ambiental que se desenvolve, neste trabalho, na vila de Paranapiacaba.

Apóia-se, para tal análise, na tese de César (2007), que abordou essa perspectiva, analisando o centro histórico de São Paulo.

Lynch torna-se, ao final do século XX, uma referência, com a publicação do livro traduzido com o título de “A imagem da cidade” (LYNCH, 1997)². Avalia que o “olhar para a cidade pode dar um prazer especial, por mais comum que possa ser o panorama” (LYNCH, 1997, p.1). A cada momento, um novo olhar alcança uma nova paisagem a ser explorada, o que cria uma relação entre o homem e a cidade.

Para Lynch (1997), a cidade se constitui de formas visuais, movimento, luz, som, cor, cheiros, que se associam à imagem e constituem elementos para a sua percepção. Comenta que: “as imagens ambientais são o resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente. Este último sugere especificidade e relação, e o observador – com grande capacidade de adaptação e à luz de seus próprios objetivos – seleciona, organiza e confere significado àquilo que vê” (LYNCH, 1997, p.7). Podem, assim, variar de observador para observador, criando realidades diferentes de interpretação, com significados diferentes. Ou seja, cada indivíduo constrói, dentro desta dinâmica, a sua própria imagem, segundo Lynch, embora o autor reconheça a existência de imagens públicas.

Na leitura ambiental, dividem-se os pontos em: Vias, Limites, Bairros, Pontos Nodais e Marcos (LYNCH, 1997).

As Vias são os canais de comunicação ao longo dos quais o observador se locomove de modo habitual, ocasional ou parcial.

Os Limites são as fronteiras, entre duas fases, quebras de continuidade lineares: praias, margens, lagos, etc., cortes de ferrovias, espaços em construção e paredes.

Os Bairros remetem às regiões mais ou menos vastas de uma cidade, onde o observador ‘penetra’ mentalmente, são reconhecíveis por possuírem características comuns que os

² O livro foi escrito, originalmente, em inglês, em 1960.

identificam.

Os Pontos nodais são os pontos, lugares estratégicos de uma cidade, através dos quais o observador pode entrar, ou podem ser meras concentrações que adquirem importância por serem a condensação de algum uso ou de alguma característica física. Têm por características tanto concentração como conexão.

Os Marcos são outro tipo de referência, mas, nesse caso, o observador não entra neles: são externos. Podem estar dentro da cidade ou a uma distância tal que, para todos os fins práticos, simbolizam uma direção constante, desenvolvendo-se como a matéria-prima para a formação da escala da localidade.

Acredita-se não ser possível abordar a paisagem sem remeter à identidade e à memória. Assim, destaca-se o livro de Schama, em que aproxima “Paisagem e memória”, título da publicação. Seu objetivo é revelar a riqueza, a antigüidade e a complexidade de nossa tradição paisagística para mostrar o quanto se pode perder (SCHAMA, 1996, p.25). Todas as nossas paisagens, comenta, do parque urbano às trilhas na montanha, têm a marca de nossas persistentes e inelutáveis obsessões (SCHAMA, 1996, p.29).

Segundo Meihy (2005, p.63), memórias são lembranças organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos concretos, objetivos e materiais. Elas podem ser individuais, sociais ou coletivas.

A memória, afirma Le Goff (2003), como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 2003, p.419). É um elemento essencial da identidade, “individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p.469).

Assim, tornar-se senhores da memória e do esquecimento:

É uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento (LE GOFF, 2003, p.422).

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos.

O que sobrevive do passado reflete uma escolha efetuada pelas forças “que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (LE GOFF, 2003, p.525).

Le Goff explica que a palavra latina:

Monumentum remete à raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. (LE GOFF, 2003, p.526).

O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação das sociedades históricas, sendo um legado à memória coletiva (LE GOFF, 2003, p.526).

A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento (Bosi, 1994, p.3).

Nossas vidas, segundo Thompson (1992, p.194-5), são a acumulação de nossos passados pessoais, contínuos e indivisíveis.

Bosi (1994, p. 1-2), remetendo a Roman Jakobson, faz menção ao conceito comunidade de destino, também citada por Meihy (2005). No caso de Bosi, sua comunidade de destino, no livro *Memória e Sociedade - lembranças de velhos*, foi o envelhecimento em um grupo de idosos cujo espaço social dominante em suas vidas é a cidade de São Paulo.

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca”

essas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (Bosi, 1994, p.9).

Importante menção à identificação dos indivíduos com o espaço apresenta Halbwachs (1990, p.133):

[...] Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Ele se fecha no quadro que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém consigo passa ao primeiro plano da idéia que faz de si mesmo.

Assim, explica como as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva. Todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais. Um acontecimento realmente grave sempre causa uma mudança nas relações do grupo com o lugar. O grupo urbano não tem a impressão de mudar enquanto o aspecto das ruas e dos edifícios permanece idêntico, entretanto, há poucas formações sociais ao mesmo tempo estáveis e ainda seguras de permanecer (HALBWACHS, 1990, p.133-134).

Reis Filho (1992, p.167-168) reforça que a memória é a base para a construção da identidade, da consciência do indivíduo e dos grupos sociais. Afinal, a memória registra todo o processo de identificação dos sujeitos com o espaço em que se inserem e as conseqüentes relações que se vêm estabelecer a partir dessa identificação. Destaca-se que esse processo ocorre em diferentes escalas temporais e espaciais. As formas de apropriação do espaço – tanto pelo indivíduo quanto pelo coletivo – variam de acordo com tais escalas. Assim, a construção da identidade, da consciência política, dependerá da forma pela qual se dá a citada apropriação. Não se pode preservar o espaço do poder, exclusivamente, porque, dialeticamente, se em um determinado espaço ocorrem relações de dominação, é porque nele convivem dominadores e dominados, que também participam ativamente da construção desse espaço.

Apóia-se, finalmente, em Martins (2008), em cuja obra *A aparição do demônio na fábrica* faz uma contundente análise a respeito do homem simples, operário, e sua identidade. Explica:

Um imenso e, não raro, dramático abismo separa o homem comum de sua história, no mundo contemporâneo, a história de que ele é artífice, o abismo que o separa de si mesmo, ser dividido em face da sociedade que o mobiliza, ao mesmo tempo, como agente e ator, o processo histórico se desenrolando como vida e teatro, como ação e fingimento, como práxis autêntica e mistificação. (MARTINS, 2008, p.9).

Para esse autor, dois grandes problemas de perspectiva empobrecem o conhecimento que temos do que é a classe operária no Brasil e nos impedem de compreendê-la nas tortuosidades de sua trajetória histórica:

De um lado, as análises transpõem o trabalhador do marco local e histórico de sua situação social, o do vivido e compreendido, para o marco de uma situação de classe que, supostamente teórica e universal, é na verdade expressão das singularidades históricas do operariado que foi referência para os estudiosos e teóricos da classe operária, como Marx, o operariado europeu. De outro lado, nossa compreensão política do que é classe operária neste país baseia-se no deslocamento do operariado para fora do marco espacial e do cenário cotidiano de sua existência. Como se sua práxis se desenrolasse unicamente na transcendência da classe em si e não se determinasse também por um mover-se diário no espaço restrito da fábrica, da vizinhança e da casa, o espaço do imaginário e da vivência que dá sentido a um viver sem sentido. (MARTINS, 2008, p.12).

O homem comum, segundo Martins, dividido, no entanto, “não cede à inércia das forças que procuram reduzi-lo à condição de coisa: imagina, fabula, interpreta, cria ou preserva, recriando ritos e procedimentos cotidianos”. Este homem “recicla relações sociais e concepções, reapropria-se das tradições de suas origens pré-modernas para enfrentar a privatização de história e de compreensão plena que lhe impõe a modernidade” (MARTINS, 2008, p.14).

2.2.3 Patrimônio no contexto da paisagem

No contexto deste trabalho, entende-se que o patrimônio caracteriza-se como um componente essencial do ambiente humano, cultural por excelência, que se materializa em espaços, sensações, objetos. É um termo que vem, ao longo do tempo, adquirindo conotações variadas, algumas das quais serão discutidas a seguir.

No Brasil, a partir de meados do século XX, realiza-se um processo de conservação/preservação do patrimônio, apoiado na busca de construção de uma identidade do Estado nacional (FONSECA, 2005), relação esta contestada, hoje, por muitos setores. Esta situação re-elabora um modelo de nação moderna, e seus elementos necessários, através de forças hegemônicas, que se estabelecem pelos valores luso-americanos (CÉSAR e STIGLIANO, 2006).

A questão do patrimônio se situa em uma encruzilhada que envolve tanto o papel da memória e da tradição na construção de identidade coletivas, quanto os recursos a que têm recorrido os Estados modernos na objetivação e legitimação da idéia de nação. O início da elaboração das noções modernas de monumento histórico, de patrimônio e de preservação só se dá a partir do momento em que surge a idéia de estudar e conservar um edifício pela única razão de ser um testemunho da história ou uma obra de arte (FONSECA, 2005).

A fim de sensibilizar e persuadir os interlocutores quanto à importância da manutenção do patrimônio, além de se conciliarem interesses, procura-se demonstrar a relação entre valor cultural e valor econômico, e não apenas procurar convencer autoridades e sociedade do interesse público de preservar valores culturais, como ocorrera anteriormente. Essa articulação foi feita em duas direções: “seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens os indicadores culturais para o desenvolvimento apropriado” (FONSECA, 2005, p.142).

Choay (2000, p.11) refere-se ao patrimônio histórico como “destinado ao usufruto de uma comunidade alargada” e “constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado”. Para essa autora

Romper com o passado não significa nem abolir a sua memória, nem destruir os seus monumentos, mas conservar uns e outros num movimento dialético que, simultaneamente, assume e ultrapassa o seu significado histórico original, ao integrá-lo num novo estrato semântico. (CHOAY, 2000, p. 96).

Atualmente, um fato que emerge e influencia a construção do significado de patrimônio: a elaboração do conceito de pós-modernidade, valorizando a nostalgia estilística (SOJA, 1993, FEATHERSTONE, 1997). Assim, com a pós-modernidade, ressurgem o vernacular, formas de representação que utilizam o pastiche e a colagem lúdica de estilos e tradições. Ou seja, “há um retorno às culturas locais, e deve-se enfatizar: culturas locais no plural, bem como o fato de que elas podem ser colocadas ao lado uma da outra sem distinção hierárquica” (FEATHERSTONE, 1997, p.135).

Outra questão atual que se coloca é o mercado, que, com suas forças econômicas, reproduz novas funções em antigas formas, ao agregar valores do lazer, do turismo e da cultura, na reprodução do capital (URRY, 2001).

As ações engendradas com o mercado, principalmente imobiliário, muitas vezes, têm a indústria cultural, o lazer e o turismo como suporte, em que se realizam processos de reapropriação do patrimônio cultural. Harvey (1996), Featherstone (1995), Smith (1996) e Zukin (1995), muitas vezes, citam a reabilitação das regiões históricas, que lhes atribui novas centralidades.

Porém, o inventário patrimonial não deve ficar à mercê, tão somente, desses discursos, em detrimento de valores de identidade histórica, da memória social, da valorização da paisagem, entre outros compromissos com o lugar (MAGNANI, 1994).

Dessa forma, parte-se do pressuposto de que um dado lugar define-se por forças que se revelam em suas condições de produção (REIS FILHO, 1989), reproduzindo e sendo parte do processo sócio-cultural que engendra suas transformações espacialmente distribuídas.

Algumas pesquisas realizadas (VENTURINI, 2006) mostram que existe uma correlação entre a memória cultural, o conhecimento, a auto-valorização, a oferta de diversas experiências culturais e a atividade econômica que pode derivar do desfrute dos bens patrimoniais que compõem o conceito de paisagem cultural difundido pela UNESCO. Dessa maneira, o patrimônio, como expressão da identidade não pode ser visto como algo cristalizado, congelado, intocável, mas como uma referência dinâmica, como um valor de uso agregado, que, constantemente, deve ser apropriado e reformulado em função das experiências de um passado ainda vital no presente, fundamento, por sua vez, de um futuro que se pretende construir.

O patrimônio, se caracterizado como ‘reliquia’ ou ‘fantasma do passado’ (GIDDENS, 1997), perde a relação formal com o lugar, como espaço social, representando somente um ícone, uma peça de museu.

Nesse sentido, por exemplo, coloca-se a possibilidade de proteção estratégica dos tecidos urbanos antigos e a sua reapropriação pelas populações que os habitam. Especial importância adquire esta ação quando imbuída de uma tomada de consciência geral (CHOAY, 2000, p. 204), evitando descaracterizar os territórios.

Algo é considerado patrimônio pelo fato de alguém lhe atribuir valor. Este valor pode ser conferido tanto para apreciação quanto para uso direto. A apreciação remete ao fato de algo ter um valor intrínseco que justifica sua existência e perpetuação. O valor através do uso direto remete à obtenção de um benefício, ou satisfação, atingido através de “vivenciar”, na visita a um patrimônio, a observação, escuta, toque, dependendo do patrimônio em questão.

É cada vez mais comum que as pessoas busquem experiências com patrimônios em seu tempo livre, em viagens de férias, por exemplo, fato que pode ser comprovado ao se verificar que diversos patrimônios naturais e histórico-culturais vêm se tornando atrativos turísticos de grande representatividade. Muitos municípios brasileiros apresentam exemplos que corroboram essa afirmação, como Ouro Preto, com seu casario barroco, Caruaru, com sua feira-livre, Parques Nacionais, como o das Sete Cidades, que, além dos recursos naturais, contém inúmeros sítios arqueológicos.

A patrimonialização consiste em um processo que se funde ao processo de territorialização das relações de visitação, tendo como base a relação território e cultura. Nela, elabora-se uma consciência dos valores patrimoniais, atribuindo valor de representação e comunicação (CARAS, 2004), em um espaço apropriado.

Dessa forma, identidade, cultura, patrimônio, território são elementos formadores dos significados que sustentam os objetos e as ações, através de uma relação mediadora por processos entre cultura e território, como ator e sujeito da relação de visitação (CARAS, 2004), em uma dialética entre concreto e abstrato, material e imaginário, profano e sagrado. O patrimônio tem, assim, em seu estatuto, uma articulação entre o passado, presente e futuro.

No que se refere ao patrimônio ferroviário, este pode ser caracterizado como material e imaterial. O primeiro remete às edificações, estruturas ferroviárias, maquinário; já o segundo diz respeito às pessoas que trabalharam na ferrovia, suas famílias, hábitos, enfim, todo um imaginário social que remete a uma “cultura ferroviária” (SAEZ, 2006), constituída pela memória de todos que trabalharam, viajaram, tiveram uma relação com os trens.

No caso do turismo que tem como base esse tipo de patrimônio, os recursos culturais desempenham um papel essencial. O uso que tais recursos permite está diretamente vinculado com suas potencialidades e limitações, derivadas de suas características tecnológico-construtivas, de sua funcionalidade potencial e de sua capacidade de carga (VENTURINI,

2006). Nesse sentido, o turismo se converte em um meio efetivo de promoção social do patrimônio, tanto no que se refere à sua conservação quanto aos aspectos de geração de recursos econômicos passíveis de serem reinvestidos na localidade.

Barreto, a respeito da importância do patrimônio, afirma que:

manter algum tipo de identidade – ética, local ou regional – parece ser essencial para que as pessoas se sintam seguras, unidas, por laços extemporâneos a seus antepassados, a um local, a uma terra, a costumes e hábitos que lhes dão segurança, que lhes informam quem são e de onde vêm, enfim, para que não se percam no turbilhão de informações, mudanças repentinas e quantidade de estímulos que o mundo atual oferece. (BARRETO, 2000, p. 46).

Certamente, a decisão sobre os bens materiais e não-materiais que devem permanecer encerra, em si mesma, um conjunto de valores que guarda a identidade de um povo, avivando, a todo instante, sua memória coletiva e sua auto-estima (SEABRA, 2000).

2.3 Considerações sobre o contexto social, espacial e temporal na análise da paisagem e do turismo sustentável

Em termos conceituais, uma comunidade pode ser entendida como um grupo de pessoas que ocupa um território definido, com o qual se identificam, e em que há um determinado grau de solidariedade (KOENIG, 1973).

Park, Burgess e McKenzie (1967) dividem as comunidades em: de serviços primários; de função secundária; industrial; sem base econômica específica. Esta última é a comunidade que depende de outras para sobreviver economicamente, incluindo centros recreativos, educacionais, políticos e equivalentes.

De acordo com Simmel (1971), a estrutura social das comunidades urbanas se baseia em

grupos de interesse e a participação social do indivíduo é mais superficial que no interior, com contatos de natureza menos íntima.

Sobre as condições básicas gerais que influenciam o controle de uma comunidade sobre o seu espaço de vida, Friedman (1996) afirma que são duas. Uma é a responsabilidade do estado perante a comunidade e, a outra, a capacidade de a comunidade exercer um controle efetivo sobre a esfera de mercado dentro do seu próprio território. Estas duas condições culminam na autogestão territorial, expressa pelo pacto territorial, que não se esgota no município, mas se articula através de um desenho em rede que se assemelha à urdidura da região.

No processo de desenvolvimento local (GOTTARDO, 2002), é necessário o desenvolvimento de lideranças preocupadas e orientadas para aspectos importantes da vida da comunidade, com o fim de participar no processo de desenvolvimento, gerido pela prática da transparência dos interesses, confiança e solidariedade entre os participantes.

Por sua vez, Dowbor (1998, p. 44) comenta que:

[...] não é que o ser humano agora seja menos solidário, é que ninguém se solidariza com o anonimato. A humanização do desenvolvimento passa pela reconstituição dos espaços comunitários. O próprio resgate dos valores e a reconstrução da dimensão ética do desenvolvimento exigem que para o ser humano o outro volte a ser um ser humano, um indivíduo, uma pessoa com os seus sorrisos e as suas lágrimas.

São elementos de uma cultura local, o “senso de pertença, as experiências comuns sedimentadas e as formas culturais que são associadas a um lugar” (FEATHERSTONE, 1997, p.131), que definem por suas representações espaciais, conjunto de imagens arraigada de valores existentes no local.

No caso do turismo, por exemplo, um dos desafios a serem vencidos é tornar clara a opção pela atividade, como expressão do conjunto da comunidade, como fator de desenvolvimento local e regional, com a ciência de que muitas alterações positivas e negativas ocorrerão no cotidiano. É ao morador da região que competirá conviver e estabelecer as normas sociais, culturais e econômicas decorrentes.

A autonomia, assim, constitui um princípio ético e político que, uma vez assimilado, atribui a um grupo social em questão possibilidades de escolha do turismo que se deseja (SOUZA, 1997).

Para Featherstone (1997), além da dimensão de um contato direto com os de fora, que pode, até mesmo, reforçar a identidade cultural local, existe uma questão que se coloca através da integração da localidade a redes regionais, nacionais e transnacionais mais amplas. Isso se dá por meio do desenvolvimento de uma variedade de meios de comunicação, uma vez que as comunidades locais:

Cada vez mais são levadas a participar de uma configuração global, também terão de lidar periodicamente com os refugiados da modernização, aqueles membros de grupos étnicos romanticamente atraídos para a autenticidade de uma vida mais simples e para um sentimento de ‘lar’. (FEATHERSTONE, 1997, p.137).

Além disso, muitos turistas, cujas expectativas de um encontro com outra cultura consistem em permanecer ao nível do sol, do mar, da areia e de estereótipos, carregam consigo seu próprio referencial cultural. Assim sendo, farão tudo o que estiver em seu alcance para limitar os “perigos” dos encontros interculturais a experiências nas quais o estilo adotado é o da “reserva” (BAUMAN, 1990).

Existem, ao contrário, os turistas cuja filiação local é limitada, cuja mobilidade geográfica e cultura profissional é de tal monta que eles exibem uma orientação cosmopolita (FEATHERSTONE, 1997).

Ressalta Featherstone (1997, p.144), no entanto, que:

O que parece claro é que não é proveitoso encarar o global e o local como dicotomias separadas no espaço e no tempo. Ao que tudo indica, os processos de globalização e localização estão inextricavelmente ligados na atual fase.

As mudanças culturais tematizadas sob a bandeira do pós-modernismo levam-nos a apreciar a questão do local (FEATHERSTONE, 1997, p.145), que, na tradição sociológica:

[...] tem sido associado ao conceito de espaço determinado, limitado, com seu conjunto de relacionamentos sociais estreitos, baseados em fortes laços de parentesco e tempo de duração da residência.

Os membros de uma localidade formam uma comunidade distinta, com sua cultura própria, única, apesar de inserida em um contexto maior.

Uma das questões interessantes no campo dos estudos sobre comunidades é a própria definição de comunidade, considerando sua abrangência de acordo com adjetivos – local, tradicional, global –, entre outros.

Assim, a fim de realizar uma análise sobre diferentes abordagens do conceito, de forma a melhor compreender e caracterizar a comunidade envolvida no estudo proposto, foram analisadas obras dos autores Shirley (1971), Willems (1948) e Candido (1998)³. Em contrapartida, buscou-se apoio em Featherstone (1997) e Harvey (1996), entre outros, que analisaram a “sociedade global”, “pós-moderna”, realizando as devidas aproximações e diferenciações com relação às características encontradas.

Em seu livro sobre Cunha, Willems (1948) estuda uma comunidade rural do estado de São Paulo, Cunha, com o objetivo de analisar o contraste entre a sua tradição cultural e as transições operadas na sua estrutura social. Por sua vez, Shirley, analisando a mesma localidade, sentencia “o fim de uma tradição”, quando afirma o fim gradativo dessa cultura - a observação parte da perspectiva do crescimento urbano em detrimento do rural.

Em *Os parceiros do Rio Bonito*, Candido (1988) não apenas realiza uma monografia antropológica (ou um estudo de comunidade), mas uma interpretação abrangente sobre a formação social brasileira a partir da colonização paulista, iniciada no século XVI. Descreve a vida de um grupo de parceiros na fazenda Bela Aliança, situada no pequeno município de Bofete, no interior de São Paulo. Preocupado com as transformações da sociedade caipira diante do fenômeno da urbanização, Candido escolhe o parceiro como objeto da pesquisa

³ A primeira edição do livro foi publicada em 1964 mas a edição citada neste trabalho é a 8ª, do ano de 1998.

etnográfica porque ele seria uma espécie de ponto médio entre o caipira, sitiante autônomo, e o trabalhador assalariado.

Para Diegues (1998), um dos critérios mais importantes na definição de culturas ditas tradicionais, é, sem dúvida, o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social em particular. Por sua vez, de acordo com o Banco Mundial, tradicionais são os grupos sociais cuja identidade social e cultural é distinta da sociedade dominante que os torna vulneráveis por serem desfavorecidos pelos processos de desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 1990).

Por sua vez, no contexto atual, vive-se, em grande medida, no que se chama de sociedade global, de rede, contemporânea, pós-moderna, entre tantas outras denominações.

Sobre a pós-modernidade, David Harvey (1996) comenta ser o fruto dos avanços sociais, políticos e culturais da modernidade. Ela nasce da modernidade, fortalecida por avanços tecnológicos, como a microeletrônica, a Internet, a robótica, que hoje permitem uma nova forma de vivenciar o contemporâneo e que são, na realidade, frutos da própria modernidade. Berman (1993), por sua vez, afirma não existir, necessariamente, uma condição pós-moderna, mas uma transformação radical das bases da modernidade, como o fim da idéia do iluminismo e a descrença na racionalidade.

Segundo os autores que defendem a pós-modernidade, como Jameson (1996), Subirats (1993), Eagleton (1990) e Huyssen (1993), em qualquer dos aspectos institucionais ou tecnológicos, frente ao progresso do nosso tempo, nos chocamos com o mesmo fenômeno cultural de desintegração.

As comunicações e a tecnologia alcançam novas dimensões, facilitando transferência de informação e de conhecimento, caracterizando uma sociedade baseada na informação, situada na ascensão do pensamento pós-moderno (HARVEY, 1996). Um ponto crítico da pós-modernidade está na rejeição de:

Todo sentido de continuidade e memória histórica, enquanto desenvolve uma incrível capacidade de pilhar a história e absorver tudo o que nela classifica como aspecto presente. (HARVEY, 1996, p.58).

Verifica-se, atualmente, um fascínio pelo embelezamento e pela ornamentação, que podem ser observados através de alguns fenômenos como:

A gentrificação, a produção da comunidade (real, imaginária ou apenas empacotada para venda pelos produtores), a reabilitação das paisagens urbanas e a recuperação da história (mais uma vez, real, imaginária ou apenas reproduzida como pastiche). (HARVEY, 1996, p.82-3).

Harvey (1996) defende o conceito de “compressão do tempo-espaço”, indicando processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de forçarem a sociedade a alterar, às vezes radicalmente, o modo como se representa o mundo para si próprio. Verifica-se, através de fortes indícios, que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais de tal maneira que o mundo chega a parecer encolher-se.

Na compreensão da pós-modernidade, Harvey (1996) observa o revivalismo religioso, o retorno às instituições básicas, como a família e a comunidade, e a busca de raízes históricas.

Conforme Featherstone (1997), a cultura, atualmente uma preocupação central do campo das ciências sociais, se tornou descentralizada, havendo ausência de unidade e coerência. Isso implicaria que ela já não pode mais proporcionar uma explicação adequada do mundo que nos permita construir ou ordenar nossas vidas.

Para Featherstone (1997), a globalização sugere simultaneamente duas imagens da cultura: uma pressupõe a extensão de uma determinada cultura até seu limite global, sendo que culturas heterogêneas se tornam incorporadas e integradas a uma cultura dominante, enquanto a outra aponta para a compreensão das culturas, em que coisas mantidas separadas passam a ser colocadas em contato em justaposição.

O consumo, por um lado, torna-se aspecto inerente da sociedade, parte de seus aspectos culturais, sendo que ícones culturais, como a arte e a paisagem cultural se tornam objeto de consumo na sociedade de massa.

Discute-se que:

Tem havido, na verdade, uma ampliação dos repertórios culturais e uma intensificação da engenhosidade de vários grupos no sentido de criar novos modos simbólicos de afiliação e de pertença, bem como de lutar para retrabalhar e voltar a moldar o significado dos signos existentes, de solapar as hierarquias simbólicas existentes, para seus próprios objetivos particulares, de modo que se torna difícil de ser ignorado por aqueles que se situam nos centros culturais dominantes. (FEATHERSTONE, 1997, p.153-154).

Esta mudança é favorecida por vários conjuntos de especialistas e intermediários culturais simpatizantes da temática do local.

De forma resumida, Featherstone afirma que a regularidade e a frequência de contatos com um grupo de outras pessoas significativas é que se atribui a sustentação de uma cultura comum, sendo que a geração de rituais, cerimônias e memórias coletivas é algo vigoroso e oferece grande apoio emocional. Essas ocasiões podem ser entendidas como baterias que armazenam e recarregam o senso comunal. É possível, também, recorrer às memórias coletivas, que remetem a contextos grupais do passado, periodicamente reforçados através do contato com outros que compartilharam a experiência inicial. (FEATHERSTONE, 1997).

Urry (2001) comenta que a pós-modernidade envolve a dissolução das fronteiras, não apenas entre a alta e baixa culturas, mas também entre diferentes formas culturais, tais como o turismo, a arte, a educação, a fotografia, a televisão, a música, o esporte, as compras e a arquitetura. O termo diz respeito a um sistema de signos ou símbolos, específico no tempo e no espaço, referindo-se à esfera cultural, cujo relacionamento é um tanto idiossincrático. As formas culturais pós-modernas não são consumidas em um estado de contemplação, mas afetam os espectadores através de seu impacto imediato. Afirma também que:

[...] muitas das práticas turísticas, até mesmo no passado, prefiguram algumas das características pós-modernas [...]. Devido à importância do

visual e do olhar, o turismo sempre se preocupou com o espetáculo e com práticas culturais que, em parte, implodem umas nas outras. (...) Baseia-se profundamente em prazeres populares, em um antielitismo no qual existe pouca separação entre arte e vida social. Não implica contemplação, mas elevados níveis de participação do espectador. Tem sido dada muita ênfase ao pastiche ou àquilo que outros poderiam qualificar como *kitsch*. (URRY, 2001, p.122).

O que as pessoas “contemplam” são, comumente, representações ideais da paisagem em questão, idealizadas a partir dos cartões postais, dos guias de viagem e, cada vez mais, dos programas de televisão, além das revistas especializadas.

Para Urry (2001), o turismo é especialmente pós-moderno, devido a combinar o visual, o estético e o popular, além de que todo tipo de lugar se tornou centro do espetáculo e da exibição, juntamente com a nostálgica atração exercida pela ‘tradição’. Continua, afirmando que:

[...] a memória nostálgica é uma construção socialmente organizada. A questão não reside em saber se devemos ou não preservar o passado, mas que tipo de passado escolhemos para preservar. (URRY, 2001, p.150).

O turismo produz muito dinamismo na organização espacial. Assim, a produção do espaço turístico concretiza-se pela interação contínua entre a configuração territorial dos espaços e suas relações sociais tomadas em dado momento (SANTOS, 1994).

A questão que se coloca é como impedir a concentração de benefícios nos níveis social e espacial, pois a socialização das perdas no modelo de desenvolvimento que não o sustentável é marcante. Levando-se em conta que o turismo pode reproduzir, tal como qualquer outro setor, as contradições dos processos de desenvolvimento, ressalta-se a pouca importância que tem sido dada à participação direta das comunidades nos projetos, planos e programas voltados ao seu desenvolvimento. A participação das comunidades no processo de planejamento é uma possibilidade para se evitarem armadilhas de planejamentos forjados em gabinetes (LEROY, 1997), levando-se em conta que o turismo pode vir a ser uma atividade de sustentação de um novo modelo de desenvolvimento.

Dentre as principais tendências no setor turístico, na atualidade, que vão ao encontro da sustentabilidade, verificam-se o aumento da participação do terceiro setor; a difusão e aplicação de métodos de gerenciamento da visitação e controle de impactos, como o *Visitor Activity Management Process* (STIGLIANO, 2004), por exemplo; a realização de estudos de Impacto Ambiental; o envolvimento de comunidades locais; o desenvolvimento de normas técnicas e certificação; o estabelecimento de Unidades de Conservação e seus respectivos Planos de manejo; a ampliação da educação ambiental; maiores esforços de planejamento e busca de profissionalização no setor.

Conforme afirma Coriolano (2003), o turismo pode ser altamente predatório dos espaços onde se desenvolve, em função de um imediatismo consumista que transforma tudo em mercadoria. A implementação de infra-estruturas pesadas e inadequadas, ocupação desordenada, megaprojetos, especulação imobiliária, falta de educação ambiental e de educação para o turismo vêm contribuindo para agredir as áreas receptoras. Por outro lado, uma tendência de homogeneização e domínio da natureza é a “Disneificação”, referindo-se a um dos arquétipos de paisagem que caracterizam a contemporaneidade. Remete à confecção de cenários criadores de uma *história* deslocada de seus locais geográficos de origem. O paradigma desta modalidade de espaço é o parque temático da Disney, conforme Zukin (1996).

A participação da comunidade deve ser a principal estratégia para a consolidação do turismo sustentável. Além disso, é importante que se tenha dimensão sobre a potencialidade e o alcance da atividade turística, de como ela se integra no tecido social da região.

Devem ser criados projetos que respondam aos interesses das minorias - em termos de renda, gênero e assim por diante, e que abranjam a mão-de-obra local.

Furlan (2003, p. 48) comenta que há expectativa de inclusão dos moradores locais, mas, no entanto, não se vem:

[...] considerando adequadamente os diferentes modos de vida que resistem às ondas homogeneizadoras de costumes que acompanham o

desenvolvimento do turismo de um modo geral e do ecoturismo em particular.

Outro problema recai no forte apelo de propaganda, construído por agências de viagens e meios de comunicação, o que induz uma verdadeira invasão a determinadas localidades, muitas vezes sem a estrutura necessária e mesmo sem o desejo da poluição local.

Ao mesmo tempo, um dos desafios remete a destinos turísticos já existentes. Há indícios de que, no contexto geral, é mais sustentável investir para manter fluxos estáveis de visitantes em estruturas já existentes, ao invés de dispersar o fluxo de turistas para novas áreas.

Não se deve pensar o turismo sustentável como uma situação ideal a ser alcançada, mas como uma filosofia de desenvolvimento que serve para definir metas em longo prazo.

O caráter ambivalente do turismo pode gerar vantagens no âmbito econômico, ao passo que pode ser prejudicial sócio-culturalmente, além de contribuir para a degradação ambiental.

Nas últimas décadas, várias iniciativas indicam a busca do desenvolvimento sustentável com o incremento da atividade turística. Por exemplo, nos Estados Unidos e Reino Unido, o turismo tem sido usado para tentar dar um novo rumo a ‘velhas cidades industriais’, como acontece em Baltimore e Liverpool. Em outros casos, o turismo rural vem sendo desenvolvido para compensar o declínio da agricultura tradicional, como se vê, em maior ou menor escala, no interior da França, Itália, Portugal, Espanha e também no Brasil, entre outros países.

Nota-se que, enquanto a sustentabilidade tem dimensões ambientais, sociais e econômicas, é a ambiental que domina a maior parte dos debates tanto sobre o desenvolvimento como um todo quanto sobre o turismo sustentável. Deve-se ressaltar, no entanto, que o turismo sustentável não é aquele realizado apenas em ambientes naturais.

Faz-se relevante, também, considerar que o turismo sustentável é um assunto político, daí versar sobre a distribuição de recursos. Refere-se, portanto, a quem detém o poder – comunidades locais, governos, as organizações de turismo e os turistas – e como eles o utilizam. Com relação ao envolvimento da comunidade, há que se atentar para o fato de que

elas não são homogêneas ou têm um único ponto de vista sobre determinadas questões, o que faz com que haja necessidade de se desenvolverem mecanismos para arbitrar visões conflitantes. Além disso, a gestão do turismo não deveria permitir que minorias articuladas dominassem o processo de exclusão de outros cidadãos. É também fato que, em alguns casos, a comunidade pode desejar seguir políticas de turismo não-sustentável. Não se deve, assim, pressupor que o envolvimento da comunidade, necessariamente, assegurará formas mais sustentáveis de turismo.

Algumas questões que vêm à tona no contexto analisado são: de que forma uma comunidade vê e se relaciona com determinada paisagem e qual a visão do poder público ou dos empresários locais sobre a mesma paisagem? Esta reflexão pode servir de base para análises que embasarão projetos de planejamento do turismo.

Conseguir o desenvolvimento de uma consciência social para favorecer a conservação e proteção da paisagem como patrimônio é promover o uso e desfrute do território por parte das comunidades que nela habitam e contribuir para seu desenvolvimento.

É importante caminhar no sentido de elaborar uma proposta de intervenção que possibilite a apropriação e a coesão social dos habitantes; o reconhecimento, pela comunidade, de sua singularidade; a diferenciação, perante o acelerado processo de globalização e homogeneização.

Já existem propostas metodológicas para a elaboração de Planos de Ordenamento Territorial que incorporam as variáveis culturais ao planejamento do uso do solo. Nesse sentido, algumas experiências européias em matéria de legislação e planejamento se destacam. Em especial, ressalta-se a Convenção Européia de Paisagem. Trata-se de uma declaração elaborada em Florença, em 2000, em que se estabelecem as diretrizes, os critérios e as estratégias a serem adotadas para a conservação, recuperação e valorização da paisagem na Europa, “conscientes de que a paisagem contribui para a formação das culturas locais, e que é um componente

fundamental do patrimônio natural e cultural, que contribui para o bem-estar dos seres humanos” (COUNCIL OF EUROPE, 2000).

Neste capítulo, abordaram-se vários aspectos da sustentabilidade do turismo, conceitos de paisagem e sua abordagem cultural, patrimônio, identidade, lugar, território, memória, comunidade, identificando relações entre eles, de forma a embasar as análises desenvolvidas. A seguir, enfoca-se o material e os métodos utilizados para a elaboração desta tese.